

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E
POLÍTICA DE SÃO PAULO

Mariana Abranches Teixeira Bastos Marcos e Sofia Zuca Portugal Pudles

Estado Anti-Indígena: Uma análise dos crimes cometidos pela FUNAI

SÃO PAULO
2024

Mariana Abranches Teixeira Bastos Marcos e Sofia Zuca Portugal Pudles

Estado Anti-Indígena: Uma análise do racismo presente na FUNAI

Pesquisa feita para as matérias integrantes do sexto semestre, do curso de Sociologia e Política, ministrada na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, sob orientação da professora Dra. Caroline Cotta de Mello Freitas e do professor Dr. Paulo Silvino Ribeiro

SÃO PAULO
2024

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. HIPÓTESE.....	5
3. O SPI.....	6
4. A FUNAI.....	9
5. GOVERNO BOLSONARO.....	12
6. CONCLUSÃO.....	13
7. REFERÊNCIAS.....	15
8. ANEXOS.....	18

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se constitui como continuação de uma anterior, na qual se trabalhou exclusivamente com dados secundários e houve um enfoque em dados quantitativos. Tal dissertação procurou discutir o ataque ao meio ambiente feito pelo mundo ocidentalizado e como, dentro disso, os povos originários brasileiros apresentam gigantesca importância no trabalho de preservação e reconstituição ambiental. A partir disso, debateu-se a questão das demarcações de terras indígenas.

Assim, quando se iniciou a escrita do seguinte artigo, o foco inicial se deu a partir da demarcação de terras. Contudo, ao optar por entrevistas como parte da metodologia e conseguir a primeira com um funcionário da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)¹, percebeu-se a problemática do racismo dentro do próprio órgão. Dessa forma, modificou-se a focalização da pesquisa, os crimes cometidos pela FUNAI, com relação aos povos indígenas, como objeto.

Com isso, delimita-se 3 períodos para análise que será apresentada: A extinção do órgão fundador da FUNAI (ou antiga FUNAI, como o primeiro entrevistado colocou), o Serviço de Proteção ao Índio (SPI); A criação da própria FUNAI; O governo Bolsonaro. Justifica-se a escolha desses períodos pelo primeiro mostrar a extinção de um órgão governamental que deveria proteger os povos indígenas justamente por atitudes eugênicas e, a partir disso, surgir a fundação aqui analisada, o segundo demonstrar os princípios os quais essa fundação foi constituída e o terceiro por haver a tentativa de desmonte do órgão governamental, como mostram as entrevistas e pesquisas secundárias feitas.

Na pesquisa anterior, colocou-se que a forma como os que estão no poder “encaram a existência dos povos indígenas é planejada para que essas populações sejam impedidas de exercer sua voz” (PUDLES; MARCOS, 2024). Aqui, reitera-se essa ideia, apontando que a FUNAI, mesmo sendo fundada e existindo com o objetivo de ser um órgão protetor dos povos indígenas, age como um braço do ¹Estado que pratica a necropolítica sobre essa população.

¹ Entrevista na íntegra, presente em anexo.

Para trabalhar essa hipótese, confirmando-a ou a negando, optou-se pela coleta de entrevistas com trabalhadores da FUNAI e lideranças indígenas, além de uma extensa pesquisa bibliográfica, na qual se analisou governos, documentos e livros históricos/ sociológicos/ antropológicos. Contudo, as entrevistas com as lideranças indígenas se mostraram inviáveis nesse momento, não podendo ser apresentadas para análise, por agora. Assim como parte das entrevistas com trabalhadores da FUNAI que só poderão ser realizadas após a entrega do seguinte artigo.

2. HIPÓTESE

Necropolítica é uma definição produzida por Mbembe para definir um tipo de política imposta pelos Estados que promove a morte de pessoas indesejadas pelo mesmo de diferentes formas. O autor coloca em seu livro *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* a relação desse tipo de política com a colonização, apontando que não se enxergava o nativo das terras que sofreram a colonização como humanos propriamente ditos, mas sim por selvagens, que careciam do “caráter específico humano” (MBEMBE, 2018). Considera-se que é com esse raciocínio que o Estado brasileiro enxerga, desde a própria época da colonização, os indígenas.

Cacique Babau aponta que os povos indígenas são “considerados o atraso que precisa ser retirado da frente para que tudo possa finalmente ser derrubado” (BABAU, 2023) e é nesse âmbito que o sumiço dessas pessoas se torna interessante para o Estado. Os indígenas, ao manter sua cultura, tornam-se um impedimento para a destruição ocidental que colocam como desenvolvimento e, dessa forma, sofrem uma tentativa de apagamento constante.

Assim, coloca-se que o Estado utiliza da Fundação Nacional dos Povos Indígenas para promover a necropolítica em cima dos próprios povos indígenas. Ou seja, aponta-se que, possivelmente esse órgão estatal foi construído com a imagem oposta a qual é colocada, sendo seu objetivo principal não a defesa, mas a morte dos povos indígenas.

3. O SPI

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), foi criada na década de 1960, período que ficou marcado na história brasileira pelo começo da ditadura militar no país, em 1964, e o fechamento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1967. Logo em seguida, no mesmo ano, a Funai foi criada para substituir o órgão, que teve seu fim decretado pelo presidente Costa e Silva. O SPI foi fundado em 1910, como uma alternativa de evitar revolta internacional, gerada por uma declaração feita por Hermann von Ihering, que era diretor do Museu Paulista em 1908, quando disse que o extermínio do povo Kaingang era a única opção já que eles haviam sido resistentes ao processo de pacificação. (SILVA, 2020). A nota foi publicada na Revista do Museu Paulista e reproduzida no jornal O Estado de São Paulo.

Os actuaes indios do Estado de S.Paulo não representam um elemento do trabalho e do progresso. Como tambem nos outros Estados do Brazil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos indios civilizados e como os Caingangs selvagens são um impecilio para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que, não ha outro meio, que se possa lançar mão, senão o seu exterminio. (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1908)

A declaração de von Ihering foi recebida de maneira negativa pela comunidade positivista da época, fazendo com que Silvio de Almeida, um poeta, advogado e filólogo, que escrevia colunas críticas no O Estado de São Paulo na época, escrevesse uma carta aberta no jornal denunciando a fala do diretor do Museu Paulista.

O extracto e todo o artigo são da palavra do Dr. Hermann von Ihering, que, assimilando os selvagens a feras, suggere o alvitre impiedoso da dizimação dos mesmos! [...] A theoria do Dr. Hermann Ihering, suppondo implicita a maxima da justificação dos meios pelos fins, se reduziria à matança em nome da civilização; e a civilização não seria mais então do que o aproveitamento de alguns trechos de terra, mediante a applicação de processos violentos e barbaros. A isso responderiam os indios, matando, por sua vez, em nome da defesa e da liberdade! (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1908)

Menos de dois anos depois o SPI foi criado. No início o nome do órgão era Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), nessa época era vinculado ao ministério da agricultura, e deixava muito claro que a única função do indígena era ser produtor ou trabalhador rural, e para isso deviam ser pacificados e transformados em cidadãos do Brasil. (VALENTE, 2017). Em 1918 a Localização de Trabalhadores Nacionais se tornou um órgão independente. O SPI passou por vários ministérios, além do Ministério da Agricultura, fez parte do Ministério do Trabalho, assim como o Ministério da Guerra e o Ministério do Interior.

Foi extinto mais de 50 anos depois de sua criação por seu envolvimento em escândalos de corrupção, e crimes contra as populações indígenas. Foi criada a Comissão de Inquérito de 1967 para investigar as irregularidades presentes no SPI. A Comissão foi estabelecida pelo então Ministro do Interior General Afonso Albuquerque Lima, e presidida pelo Procurador Jader de Figueiredo Correia. Como coloca em evidência Elena Guimarães (2015), entre os crimes que a CPI constatou estão:

Roubo de recursos do patrimônio indígena, venda irregular de gado, madeira, extração ilegal de minérios, arrendamento criminoso de terras e todo tipo de violência contra a pessoa do índio, tais como assassinatos, prostituição, sevícias, trabalho escravo, torturas, massacres e genocídio. (GUIMARÃES, 2015, p.13)

Dentre os crimes extremamente cruéis cometidos contra as populações indígenas, está o Massacre do Paralelo 11, O massacre marca o extermínio dos Cinta-larga, grupo étnico localizado no Mato Grosso. Jader Correia relata:

Mais recentemente, os Cintas-largas teriam sido exterminados a dinamite atirada de avião, e a estricnina (veneno) adicionada ao açúcar enquanto os mateiros os caçam a tiros de 'pi-ri-pi-pi' (metralhadora) e racham vivos, a facção, do púbis para a cabeça o sobrevivente (CORREIA, 1967, p. 4917)

O genocídio foi promovido por pistoleiros contratados pela empresa Arruda Junqueira & Cia, uma seringalista, no ano de 1963. Além do caso dos Cinta-larga, há registros de envenenamento químico contra a etnia Pataxó- Hãhãhãe na Bahia.

A investigação gerou um relatório de quase 7 mil páginas distribuídas em 30 volumes, ficou conhecido como Relatório Figueiredo. Foi realizada uma expedição que passou por mais de 16 mil quilômetros no Brasil, além de entrevistar inúmeros agentes do SPI e visitar mais de 130 postos indígenas. 132 militares foram denunciados. O relatório foi entregue à justiça, mas as prisões e demissões que o recomendava não foram decretadas. Os denunciados foram afastados de seus cargos e sofreram apenas alguns processos administrativos. Em dezembro de 1968, quando o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) foi promulgado, fazendo com que o Congresso Nacional e as assembleias legislativas fossem fechadas, toda a investigação contra o SPI foi por água abaixo. Ninguém foi preso e parte das pessoas afastadas retornaram a seus cargos na FUNAI.

Uma frase também escrita por Correia em sua investigação expõe claramente como o SPI via os indígenas, “O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana” (CORREIA, 1967, p. 4912). Os crimes analisados pela CPI correspondem apenas aos anos de 1962 e 1963. Mesmo que seja chocante e revoltante, o envolvimento no órgão em atos de violência contra os povos originários não surpreende. Um histórico de racismo e eugenia está presente muito antes da década de 1960, como mostra uma declaração feita em 1939 por Vicente Paulo de Vasconcelos, diretor do SPI na época.

É claro que os índios, assim como o negro, terão que desaparecer um dia entre nós, onde não formam ‘quistos raciais’ dissolvidos na massa branca cujo afluxo é contínuo e esmagador; mas do que se trata é de impedir o desaparecimento anormal dos índios pela morte, de modo o que a sociedade brasileira, além da obrigação que tem de cuidar deles, possa receber em seu seio a preciosa e integral contribuição do sangue indígena de que carece para a constituição do tipo racial, tão apropriado ao meio, que aqui surgiu. (VASCONCELOS, 1939, p. 35)

Essa declaração mostra que em nenhum momento o órgão responsável por proteger e garantir o bem-estar dos povos indígenas brasileiros tinha em mente preservar a cultura desses povos, que vivem no território brasileiro há 12 mil anos, enquanto os

européus chegaram tem pouco mais de 500², já que para o SPI, os povos originários iam sumir para um Brasil branco existir.

O SPI também tinha como um objetivo principal civilizar os indígenas. Um dos instrumentos usados pelo órgão para atingir tal mérito era a tutela. Medida que foi implementada na lei n.º 5.484, de 27 de junho de 1928, que diz em seu sexto artigo que “Os índios de qualquer categoria não inteiramente adaptados ficam sob a tutela do Estado” (Lei n.º 5.484/1928). Manuela Carneiro da Cunha, aponta que:

A metáfora de Comte (ou melhor, seu pressuposto) de maior sucesso e mais duráveis consequências foi, creio, a que associava o desenvolvimento da espécie e do indivíduo. Essa metáfora, que serviu de base a argumentos tautológicos, faz povos não ocidentais passarem a “primitivos” e se tornarem, para o Ocidente, testemunhas de estágios históricos anteriores. Adquiriram o *status* da “infância da humanidade” e seus membros eram, em decorrência, “grandes crianças” (CUNHA, 2009, p.261–262)

A tutela coloca o indígena como incapaz de tomar decisões para si e seus companheiros, incapaz de viver uma vida digna dentro de sua cultura e como um ser inferior que mesmo com anos de cultura, costumes, rituais, alimentação, economia e sistemas e línguas próprias é colocado como uma “grande criança” que tem que crescer para ficar como os brancos. O indígena tinha que renunciar quem era, de sua verdade, e sair de seu mundo, adotando costumes brancos, para ser finalmente visto como uma pessoa digna de ser cidadã do Brasil.

4. FUNAI

A criação da Funai se dá por um padrão presente no indigenismo do Estado Brasileiro, que só toma alguma atitude em relação à proteção e direitos dos povos originários quando existe a chance, ou ocorre uma comoção internacional sobre o assunto. Foi por essa razão que o SPI/ITN foi criado, e foi também por essa razão que ele deixou de existir. A Funai nasce como uma tentativa do governo militar mostrar para o mundo que a questão indígena era cuidada e bem administrada no

² “A história deste lugar chamado Brasil começa em 22 de abril de 1500. No entanto, numa estimativa conservadora, os ancestrais dos povos indígenas vivem por aqui há mais de 12 mil anos.” (NEVES, 2022, p.13)

país. Porém, por baixo dos panos a Funai foi cúmplice de genocídios contra a população indígena, e aliada dos agronegócio, conhecido historicamente por ser inimigo dessa população e querer a todo custo tomar seu território.

Durante a ditadura militar a Amazônia sofreu muito em nome do desenvolvimento, a floresta amazônica era vista como um “deserto verde”, como disse o general Golbery de Couto em sua obra *Geopolítica do Brasil* produzida na década de 1960. Couto foi um dos protagonistas do golpe de 1964, e acreditava que o território amazônico era um território marginal e inexplorado, que deveria incorporado à nação. (VALENTE, 2017). Essa ideia era muito comum e extremamente difundida pelo governo golpista da época, que usava da mídia para promover a exploração desenfreada em nome do desenvolvimento capitalista.

Em uma propaganda da companhia de navegação marítima Netumar que ocupava uma página inteira de revista, publicada em 1972, o slogan “A Amazônia já era!” aparece em letrar garrafais no topo da página, seguida por um pequeno texto que diz:

É isso mesmo.

A Amazônia do folclore, da selva impenetrável, da falta de recursos, de nenhuma comunicação, da imensa pobreza.

Já era.

Hoje como cresce!

Dia a dia o seu desenvolvimento, as suas grandes obras, as indústrias que lá se implantam, espantam o mundo.

E como isto nos orgulha!

A todos nós, é claro.

E também a nós, que lá chegamos primeiro, em 1959.

Além da mídia, o governo usava questões econômicas para atrair empreendedores para a Amazônia Legal, um exemplo é que empreendimentos aprovados na área antes de 1975, eram isentos de imposto de renda, e os projetos instalados antes de 1985 tinham um desconto de 50%. (GARFIELD, 2001)

A Amazônia obviamente não era um território desabitado como queriam fazer parecer, povos como os Tukano, Yanomami e Baré, já estava lá há muito tempo, e por estarem no caminho do desenvolvimento capitalista e do agronegócio que queriam seus territórios, deveriam sair de lá. A partir de 1969 era necessário que os

investidores que quisessem incentivos fiscais apresentassem uma certidão fornecida pela Funai, em que era declarado que aquele território não era indígena. Acontece que o órgão falsificou certidões, como em 1971, foi emitida uma certidão negativa para um território que era do povo Xavante.

Em apenas cinco meses a Funai emitiu mais de 100 certidões. Em 1977, o presidente da Funai, general Ismarth Araújo de Oliveira, reconheceu inúmeras irregularidades no fornecimento das certidões. (GARFIELD, 2001) Vale ressaltar que nessa época a Funai fazia parte do Ministério do Interior, órgão que apoiava e incentivava o agronegócio na Amazônia. A Funai também realocou diversos povos, os mudando de território, e os juntando com grupos rivais, o que aumentava ainda mais a situação de vulnerabilidade. A etnia Ofaié foi realocada seis vezes, e voltou ao seu território original em uma caminhada de 600 mil quilômetros que resultou na morte de muitos membros do grupo. (VALENTE, 2017)

Existem relatos de genocídios encobertos pela Funai para que os superiores não fossem prejudicados, como, por exemplo, epidemias causadas por funcionários infectados com doenças que os indígenas não tinham resistência, nas expedições os funcionários não recebiam remédios para tratar os indígenas que poderiam adoecer e por falta de estrutura e organização aldeias inteiras eram dizimadas. A morte por epidemias mal controladas durante o contato não eram novidades, e mesmo assim nada foi feito, muito pelo contrário. Os relatórios não sobre as mortes não eram feitos porque poderiam prejudicar os responsáveis, ou porque simplesmente não davam atenção para o desaparecimento de grupos inteiros.

Um dos crimes mais cruéis da ditadura contra os indígenas é o Reformatório Krenak, um centro de concentração indígena, em forma de presídio construído pela própria Funai em 1969, a mando do presidente do órgão da época, o policial militar Capitão Manoel dos Santos Pinheiro. Estima-se que 23 etnias de diferentes partes do Brasil foram presas no Reformatório. Essas pessoas eram encarceradas muitas vezes sem acusações formais, e não tinham direito a defesa. Eram presas por saírem de seu território sem a autorização dos militares ou funcionários da Funai, pessoas que fossem vistas bebendo bebidas alcoólicas, falando seu idioma nativo ou fossem pegas tendo relações sexuais. Os presos do Reformatório Krenak eram torturados

física e mentalmente. No mesmo ano a Funai também criou a Guarda Rural indígena (Grin), a guarda era composta por indígenas de diversas etnias, que recebiam um treinamento militar severo. Eles eram usados pelo governo como uma forma de demonstração de como os “selvagens” poderiam se civilizar.

5. GOVERNO BOLSONARO

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) tem como responsabilidade a coordenação e implementação de políticas de proteção aos povos indígenas. Dessa forma, como órgão do Estado, é seu local de ação a defesa dessa população e de seus interesses. Essas necessidades vão muito além da demarcação de terras, apesar de essa não perder sua importância.

Ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Albert (2001) já apontava que existe a necessidade do Estado

garantir acesso a fontes de financiamento de programas sociais, sanitários e educativos adaptados à sua realidade cultural e, sobretudo, na viabilização, com o apoio dos mesmos canais, de um modelo de gestão econômico-ambiental dos seus recursos naturais.

Dezessete anos depois da já identificação dessa demanda, contudo, enfrentou-se um processo de tentativa de desmonte da FUNAI, pelo governo Bolsonaro, o que acarretou na omissão dos deveres citados por parte do órgão, como colocou Cunha (2019; 2021).

Durante as entrevistas feitas para essa pesquisa, também foi citada essa tentativa de desmantelamento do órgão governamental responsável pela defesa dos indígenas pelos funcionários da mesma. Um dos funcionários entrevistados colocou que, durante o governo Bolsonaro, foi posta uma pessoa em alto cargo da FUNAI que perseguiu os funcionários que buscavam exercer seu trabalho segundo os objetivos do órgão governamental. Também houve esvaziamento orçamentário, algo que Cunha (2019) também citou, e acúmulo de tarefas aos funcionários que chegaram a um ponto ao qual mal conseguiam exercer suas funções.

O indigenista especializado, Ricardo Henrique Rao, delata, em entrevista à Intercept, que a partir do governo Bolsonaro houve um aumento exponencial na invasão de terras indígenas. Nesse contexto, o entrevistado conta que o Ministério Público Federal iniciou uma perseguição aos trabalhadores da FUNAI, afirmando que um amigo seu, também indigenista, chamado Maxciel foi assassinado no Amazonas, Ricardo ainda fala sobre o assassinato do cacique Paulo Paulino Guajajara. Relatando perceber ser o próximo, o indigenista fez um dossiê relatando todos os crimes que estavam ocorrendo com relação a FUNAI e aos povos indígenas e entregou na Câmara dos Deputados, após isso pediu asilo diplomático na Noruega.

Segundo Ricardo, durante o governo de 2019-2022, houve um processo de destruição da fundação, relatando sobre o espancamento de um ancião indígena dentro da FUNAI por uma autoridade indigenista. O entrevistado termina sua fala afirmando que o melhor para os povos indígenas brasileiros seria a extinção do órgão governamental, pois o mesmo necessita de uma limpeza para de fato cumprir seu papel.

De fato, enquanto Jair Bolsonaro ainda era apenas candidato à presidência, ele prometeu dar uma “foiçada no pescoço da FUNAI”, pois segundo ele não haveria outro caminho. Sua gestão não foi diferente do que ele prometeu, durante seu governo o ex presidente passou a coordenação do órgão para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, regido por Damara Regina Alves, que, segundo a SISNAFE, colocava os povos indígenas como necessitados de salvação vinda do homem branco.

6. CONCLUSÃO

Analisando tanto as falas dos entrevistados quanto os materiais coletados, aponta-se que a hipótese inicial se demonstrou correta. Desde a fundação do SPI até a FUNAI atual, a atuação do órgão do Estado responsável pela proteção dos povos indígenas, na verdade, foi a favor da aniquilação dessas pessoas.

Há uma dificuldade nítida no trabalho dos indigenistas da fundação que buscam de fato trabalhar pelos interesses dos povos indígenas. Isso é demonstrado tanto pelos entrevistados quanto por Ricardo Henrique Rao, o qual se discutiu aqui suas falas. Esse fato é dado desde a falta de investimento até a perseguição dos trabalhadores. Os 3 momentos analisados demonstram que, apesar do nome e suposta intenção, os órgãos defensores dos indígenas do Estado que já existiram no Brasil foram organizados, a partir de princípios ocidentais que mais buscam uma ideia racista e colonialista. É nesse espectro que se tornaram agentes da necropolítica para o Estado brasileiro.

Coloca-se aqui que um dos maiores crimes da FUNAI é a omissão, ação intensificada durante o governo Bolsonaro, isso, porque, como defensora dos indígenas, ao omitir ela permite que toda uma agressão contra esses povos seja feita. Acredita-se que é a partir disso que o órgão se desenvolve para agente do terror que os indígenas vivem.

Aponta-se ainda que o material coletado foi demasiado, além de não se ter todas as entrevistas marcadas já realizadas ainda, assim a pesquisa se mantém em processo de desenvolvimento, buscando por uma análise mais completa do que foi aqui apresentado.

6. REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Divagações, de Sílvio de Almeida**. *O Estado de S. Paulo*, 12 out. 1908.

ARQUIVO NACIONAL. **Documento sobre crimes da ditadura**. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_CNV/0/CVE/00092000510201590/BR_RJANRIO_CNV_0_CVE_00092000510201590_d0002de0003.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.

BABAU, Cacique. Retomada in CARNEVALLI, Felipe; REGALDO, Fernanda; LOBATO, Paula; MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (org.). **Terra: antologia afro-indígena**. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEGRAMA, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928**. Dispõe sobre a organização do Ministério da Guerra e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html>. Acesso em: 06 nov. 2024.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Quem tem autoridade para identificar indígenas**. *UOL*. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/comissao-arns/2021/02/05/quem-tem-autoridade-para-identificar-indigenas.htm>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Opressão vivida hoje por indígenas é rara** - Entrevista a Daniela Chiaretti. *Valor Econômico*, 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/16/opressao-vivida-hoje-por-indigenas-e-rara.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Fundação Nacional do Índio** (Funai). Disponível em:

[https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_\(Funai\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_(Funai)). Acesso em: 12 nov. 2024.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil**: os povos indígenas e a construção do Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Fundação Nacional do Índio**. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em:
[https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_\(Funai](https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_(Funai)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Serviço de Proteção aos Índios**. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em:
[https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI)) . Acesso em: 27 ago. 2024.

INTERCEPT BRASIL. **Entrevista**: "O melhor é acabar com a Funai", diz indigenista exilado na Itália. *YouTube*, out./2022. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=XAYaeEU_6_M. Acesso em: 25 set. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. Disponível em:
[https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7%C3%A3o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7%C3%A3o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI)). Acesso em: 21 nov. 2024.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. **A FUNAI**. *Gov.br*. Disponível em:
<https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/Institucional>. Acesso em: 03 set. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório Figueiredo**. Disponível em:
<https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 1ª ed. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

OUTRAS PALAVRAS. **Os crimes da ditadura no Reformatório Krenak.**

Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/os-crimes-da-ditadura-no-reformatorio-krenak/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SINASFE. **Fundação Anti-indígena:** um retrato da Funai sob o governo

Bolsonaro. *SINASFE*. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/fundacao-anti-indigena-um-retrato-da-funai-sob-o-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SILVA, Tédney Moreira da. **O Canto da Índia Vanuíre:** Narrativas de

Pacificação e Genocídio dos Kaingang Paulista no início do Século XX.

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em História (ANPUH), 2020. Disponível em:

https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1600053001_ARQUIVO_7b6fb99b7f0fbf399b6c4d4f6f327000.pdf.

Acesso em: 27 nov. 2024.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas:** história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Literatura Brasileira:**

autores. Disponível em:

<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=13216>. Acesso em: 07 nov. 2024.

Anexos

As entrevistas foram feitas pensando em outro tema e posterior a elas se foi pensado modificar o tema para o que foi trabalhado aqui.

Entrevista 1

Inicialmente, antes de iniciar a gravação houveram cumprimentos e foi avisado ao entrevistado que a entrevista seria gravada, após concordância do mesmo, iniciou-se as questões.

Sofia: Tô gravando aqui, então. Bom, nós somos alunas da FESP, de Ciências Sociais, como eu já tinha te falado. A gente tá fazendo um trabalho agora, uma pesquisa que o final é a gente conseguir entender que tipo de política pública seria essencial e efetiva na vida dos povos indígenas.

Então, a gente achou que essa conversa seria interessante com o senhor, por conta de você estar dentro da FUNAI, né? Então, você tem muito mais contato que a gente, de fato. E aí, a gente tem algumas perguntas separadas pra ver mais ou menos como que as coisas funcionam. Tudo bem?

Entrevistado: Tá joia. Tô à disposição pra vocês, viu?

Sofia: Obrigada.

Então, primeiro a gente queria entender a sua trajetória profissional, como que você chegou na FUNAI, essas coisas. Se você puder contar um pouquinho pra gente.

Entrevistado: Ah, tá. Foi meio por acaso, na verdade. Porque eu morava em Curitiba. Eu sou de São Paulo, né? Mas morei seis anos em Curitiba e tava afim de fazer alguma coisa diferente. Um caminho profissional diferente do que eu tava

trabalhando. Eu trabalhava com adolescentes, né? Tinha todo um trabalho nessa área social, né? Acho que desde o meu primeiro trabalho, né? Tava mais focado nisso e queria fazer uma coisa diferente que tinha muito mais a ver com a minha formação, né? Porque eu sou geógrafo e eu sou da turma 2000, 2005, né? E queria atuar em algum órgão, algum lugar que eu me identificasse mais, que eu pudesse conhecer, desbravar, né? Principalmente a Amazônia, né? A Amazônia aguça muita gente e eu acabei vendo essa oportunidade de prestar o concurso pra FUNAI, foi no ano 2010, né? E daí eu prestei.

E, assim, na época era regionalizado, né? Então, assim, eu poderia ter prestado na região que eu estava, mas aí não era muito a minha vibe, né? Eu queria conhecer a Amazônia mesmo. E pesquisando, assim, eu vi que o Acre era interessante pra conhecer. Porque lá já tinha alguma coisa, tinha algumas políticas já desenvolvidas pelo Estado lá com relação aos povos indígenas, né? Tem umas organizações independentes, né? Não governamentais também que atuam lá. Por exemplo, a CPI Acre, né? Que é a Comissão Pró-Índio do Acre, tem uma em São Paulo também, Comissão Pró-Índio de São Paulo, né? E eu queria conhecer esse outro lado do Brasil e fiz lá o concurso. Depois passei e fui lá pra região.

Então é uma experiência muito diferente. Eu fiquei um ano em Rio Branco e nove anos em Cruzeiro do Sul. Então foram dez anos. Depois eu passei um tempo em Minas. Depois fiquei quatro anos em Brasília. E agora estou há três meses em Itaituba, né? Eu ia falar Santarém, porque é Santarém onde eu estou agora, né? Mas eu estou há três meses em Itaituba.

Já tinha vindo aqui outras vezes. E assim, é outra realidade, né? Da experiência que eu tive em uma outra região, que era da Amazônia também e agora no Estado do Pará é outra realidade, totalmente diferente. E dentro do Pará mesmo tem vários Pará, né? Porque é muito grande, né? É um Estado com abrangência continental. Então é uma coisa muito nova também, né? E olha que eu estou quase 15 anos na FUNAI e estou vendo coisa nova aqui. Para vocês verem como é a riqueza dos povos indígenas, das dinâmicas socioculturais dos lugares.

Então assim, muitas vezes causa estranheza. Então assim, é muito complexo. Acho que eu vou ficar há 60 anos, eu posso rodar o Brasil no mesmo órgão, né? Vivendo

com as comunidades indígenas e ver novidade. Isso é o que o pessoal mais velho também fala, né?

Sofia: Legal. Parece bem interessante, na verdade, trabalhar na FUNAI agora. E como você entende que a FUNAI contribui efetivamente para e com os povos indígenas? Você falou que sempre tem novidades, vocês sempre veem coisas novas. Mas como você entende que de fato vocês conseguem ajudar?

Entrevistado: A FUNAI, historicamente, é muito antiga, na verdade. Ela é da década de 20. Chamava-se SPI, Serviço de Proteção ao Índio. Criado pelo Marechal Cândido Rondon. Ele também era, acho que a mãe dele era indígena. Esqueci o nome do grupo lá. Onde hoje é Rondônia. Então, ele era do exército, enfim e ele expandiu o telégrafo na região ali, em sentido Mato Grosso, Rondônia.

Onde hoje é Rondônia, tudo era Mato Grosso antigamente. Ele estendeu até aquela região ali, por conta do telégrafo. E nessa época ele identificou que existiam várias comunidades, né? Vários grupos totalmente alheios, que eles desconheciam e eles foram fazendo contato. Então, esse era o trabalho, né? Depois teve um período longo, muito longo, em que a FUNAI ficou com os militares. Até... Inclusive, o SPI acabou por uma denúncia, né? Não sei se vocês sabem a história dele.

Então, acho que foi em 58 ou 56, tem um relatório de um o que seria um procurador, né? Seria como se fosse um integrante do Ministério Público hoje, né? Ele fez um relatório extenso, de mais de mil páginas, que é famoso até, relatando os crimes que o SPI cometeu com os povos indígenas, inclusive. E é até interessante, porque é antes do regime militar, né? E o SPI estava sendo gestado dessa maneira.

Então, assim, no Rio Grande do Sul, Paraná, com os Kaingang, tinham aquelas escolas, aqueles reformatórios, né? Os índios eram tratados como... É bem interessante, né? Porque eu trabalhei com adolescentes infratores, né? E os indígenas eram tratados da mesma forma. Como se fossem criminosos, tivessem cometido crime, e ficavam em reformatórios. Isso em alguns estados do Brasil, parece que em Minas Gerais também teve essas práticas com as crianças, né? Enfim, então, assim, tem uma série de violações que aconteceram.

E aí, esse relatório foi um estopim para que o SPI deixasse de existir e depois criara a FUNAI. A FUNAI foi criada e manteve esse nome até 2023, que é Fundação Nacional do Índio. Fundação Nacional do Índio. Aí, em 2023, ela mudou para Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Então, é muito recente essa roupagem de... A atualidade é uma outra dinâmica, um outro olhar de indigenismo. Aquele que eu conheci de 2010 até 2023 era uma, né? E hoje a gente tem outras abordagens, porque também tem a ver com essa entrada mais participativa dos povos indígenas em cargos de decisão.

Então, a presidente da FUNAI é uma indígena, mas isso daí mudou bastante o perfil do órgão. Então, você imagina, ele começou com essa abordagem e, assim, é interessante que o SPI, quando ele começou, quando era o Rondon, ele tinha essa ideia da proteção, da integração do Brasil, mas proteger esses grupos, criar... criou reservas, né? E aí depois houve essa lacuna aí de muito... de extermínios que aconteceram. E depois, quando a FUNAI foi criada, ela foi no regime militar, em 1967, eu acho, já tentando reformular, enfim, só que com aquela ótica, com uma ótica mais de proteção também, só que olhando o indígena como um objeto, como um ser inferior ainda. Mas, por outro lado, foram criadas reservas, o Estado investiu muito dinheiro para fazer essa proteção, né? Então, assim, tinha muita propaganda do Xingu, que tem a ver com os Vilas Boas, né? Então, assim, tinha essas políticas aí de proteção, né? Dessa maneira, como se fosse... como se fosse proteger a natureza. Então, da mesma maneira, os animais na floresta ainda tinham essa visão muito estereotipada.

E, a partir da década de 80, isso começa a mudar bastante, né? Inclusive com a Constituição Federal, os povos indígenas passaram a ter direito e serem... serem agentes de direito, de poder votar, de ter a participação de poder de decisão. Apesar que... e apesar de ter tido essa mudança em 88, ainda permanece em vários resquícios que oscilam uma hora com mais intensidade, outra hora com menos intensidade, dessa coisa da visão protetiva, da visão repressiva, da visão de... dele como parte. Então, assim, isso tudo... hoje a gente convive com tudo isso daí. Então, assim, não é uma mudança de cenário assim. Ah, era assim, agora é assim, né? Você ainda vê resquício de um pouco de tudo isso. Inclusive em várias fundações.

Vou te dar um exemplo, mais prático do que eu estou dizendo. Tinham as unidades... Os postos de trabalho dos servidores, antigamente chamavam de posto indígena, a

maioria, acho que 90% deles eram nas aldeias. Por exemplo, no estado do Acre nunca foi, não tinha, sempre foi na cidade, então o pessoal associa isso a uma maior independência dos indígenas. Então os indígenas... Porque quando tinha o posto indígena, eles levavam um monte de coisa, tinha injeção, tinha remédio à vontade, tinha comida à vontade. Então até a questão de produção era mais fraca. Então tinha aquela visão bem assim de proteção, de cuidado indígena, como se fosse um coitado. Era muito forte isso. E é interessante que isso permanece em várias fundais.

Por exemplo, aqui no Pará ainda tem muito. Rondônia é muito forte. Mato Grosso é muito forte. Mas, por exemplo, no Acre não é. No Acre os indígenas são independentes. A maioria é muito... Eles sempre tiveram essa maior autonomia no território deles. Então a fundação só ia para o território deles. Então a fundação não estava dentro. Então não tinha toda essa presença, essa influência, tanto de políticas públicas, quanto também dessa presença, às vezes, até de mudar o modo cultural, querer impor um estilo. Porque é interessante, até os cargos da fundação.

Durante o regime militar, que foi quando a fundação foi criada, substituindo o SPI, até os cargos, você tem o técnico agrícola, o tratorista, ainda tem vários senhores de idade que tem todos esses cargos. Porque a ideia era essa, de fazer a integração do aborígine, do indígena, do silvícola. Vocês vão ver todos esses termos no Estatuto do Índio, que é dessa época também, que está ultrapassado. Vocês vão ver todos esses termos. De tornar o indígena um agricultor, de uma monocultura. Então, tem muito.

A fundação de Minas, por exemplo, tem um monte de trator, em Mato Grosso também. É essa visão. São visões diferentes que permaneceram, apesar do próprio órgão ter mudado várias políticas, várias formas de enxergar.

Nós também tivemos um momento que foi o governo Bolsonaro, que o que aconteceu? As atividades de campo se reduziram em 90%. Então, a gente ficou mais centrado em atividades administrativas. Por outro lado, as frentes de proteção, que cuidam dos povos isolados, tiveram uma organização um pouco melhor, porque fizeram umas contratações. Isso foi, lógico, por exigência da Justiça. Esse é um outro ingrediente. O órgão, desde a redemocratização, funciona na base das ações judiciais para que eles existam. Essa é uma outra questão presente. Então, nesse período de

quatro anos do governo anterior, as frentes de proteção tiveram uma melhor organização administrativa, de pessoal, para fazer as coisas, para fazer aquela dinâmica cotidiana.

Por outro lado, toda essa parte ligada à demarcação foi totalmente apagada. Tem uns colegas que trabalhavam num setor específico que fazia o estudo de terras para a demarcação, o pessoal era até perseguido durante um tempo por uma pessoa que ficou responsável lá, mas depois ela saiu.

E agora tem... Nessa nova roupagem, em 23, ficou tudo muito assim... O ano de 23 foi muito interessante, porque ficou tudo perdido. E agora? A gente precisa continuar como já estava ali, porque a máquina administrativa funciona assim. Você não pode mudar nada de uma hora para outra, tem que continuar para que não tenha aquele jeito de enxergar e ir tentando mudar para uma coisa diferente.

E também com a nova roupagem, que é o Ministério dos Povos Indígenas, você tem muitos indígenas, lideranças indígenas que assumiram esse ministério e alguns cargos na FUNAI. Você vê uma forma de enxergar bem diferente. Para mim mesmo, que estou no órgão nesse tempo, foi um choque. O modo de ver o indigenismo é diferente. Tem todas as suas peculiaridades e a gente também enxerga como uma renovação. É nesse ponto que eu vou entrar.

Eu falei renovação, já me veio outro insight. Eu falei que os técnicos antigos eram técnico agrícola, tratorista, era essa visão. Então, foi mudando, colocaram o técnico indigenismo e depois muitos antropólogos, muitos cargos geógrafos. E quando eu entrei em 2010, eles criaram cargos com nomes específicos, porque a ideia era tentar generalizar em três níveis: nível fundamental, médio e superior. Então, criaram o indígena especializado, o agente indigenismo e o auxiliar indigenismo. O auxiliar é para as frentes de proteção. Então, tentou-se homogenizar os cargos a partir disso. Só que, no caso, a gente estancou nisso. Não teve uma renovação, não teve mais concurso.

Então, a FUNAI teve um concurso na década de 70, depois ela teve alguns espaçados com poucas vagas, 10 vagas, 15 vagas em 97. E depois ela teve um outro, que é um concurso grande, que foi onde eu participei, que foi 486 vagas, que foi em 2010. Aí

depois teve um outro em 2016, mas aí foi ação judicial, obrigando a FUNAI a contratar, aí contratou 100 pessoas, 100 indigenistas especializados.

E agora, em 2024, 2023 e 2024, foi criada a carreira mesmo. No caso, eu sou nível superior, então sou especialista em indigenismo e tem o agente indigenista voltou a ser técnico em indigenismo e o auxiliar em indigenismo continuou também mantendo como auxiliar. E aí, e também se aproveitou alguns cargos, porque assim, como eu falei, como a FUNAI não tem uma renovação, então os quadros tem muitos, até os cargos são soltos, né? Então, assim, por exemplo, tem 150 vagas que estão nesse concurso, que muita gente vai ver que de geral agrônomo, de administrador, contador, na verdade, nada disso seria interessante para nós, mas como eram vagas que vinham surgindo por pessoas que estão aposentando, então a estratégia foi não perder nenhuma vaga e tentar aproveitar essas pessoas e elas ficaram com essa categoria, por exemplo, contador, mas com a mais especialista em indigenismo/contador, com essas duas nomenclaturas, com a exigência de que tenha um diploma de contador, por exemplo, de geral agrônomo e outros e que tem mais.

Então, aí nós estamos inseridos aí nesse mar de mudanças precárias, né? Aí a gente muitas vezes tem... é interessante, esse é um outro ponto que eu quero falar, a gente, eu, estou vindo de uma missão agora que estava a Polícia Federal e o Ibama, né? Então, assim, a gente não tem nenhum uniforme, o Ibama tem uniforme, tem equipamento, tem porte de arma e a gente estava numa missão, é perigosa, tem risco, tem ameaças, os agentes das forças públicas tem que andar com uma segurança, né? Então, aí a gente está nessa situação totalmente precária, a gente compra as nossas coisas, eles não, eles tem o material então, assim, aí a gente fala, isso aí é um problema da FUNAI, né? O órgão, mas na verdade não é bem isso, na verdade, o Estado Brasileiro, é desse panorama que eu traçei para vocês, o Estado Brasileiro, ele nunca investiu como deveria na FUNAI, porque não é interessante, porque a gente lida diretamente, aí respondendo agora a sua pergunta, né? A gente lida diretamente com todos os pontos de conflito do Estado Brasileiro, bate diretamente com interesses políticos, econômicos, né? Do crescimento econômico, do desenvolvimento econômico, de empreendimentos, de impacto ambiental, então, assim, toda vez a gente bate de frente com isso. Então, nós temos um setor de licenciamento, de fiscalização, de regularização fundiária, que a gente é de demarcação, de estudo

daquela terra. Então, você imagina naquela localidade que é uma, vamos falar da Amazônia, uma terra pública que tem aquelas propriedades e que o pessoal experimenta, são terras devolutas, não tem identificação, não são privadas, são públicas devolutas, cuja responsabilidade seria do INCRA, então, tem um monte de área na Amazônia, principalmente na Amazônia. Então, assim, aí a galera com mais recurso naquela região, ela vai lá, constitui uma fazenda e vai tocando a vida. Aí, daqui a pouco, a FUNAI vai fazer um estudo lá em cima da fazenda do cara.

Então, assim, esse é o grande problema da instituição, ela ter toda essa problemática, porque a ideia é que se ela funcionar bem, o Estado capitalista não funciona. Então, assim, a gente bate muito de frente com tudo isso. Então, por exemplo, essa operação que a gente fez essa semana, é difícil, porque a demarcação foi num território que é um assentamento, só que, para ser gestado pelo INCRA, só que no assentamento tem um monte de propriedade de monocultura, de fazendeiros, de gente que nem é dona ali. As vezes, o pequeno produtor arrendou. Então, é tudo isso que a gente viu lá. Então, a gente bate de frente com tudo isso.

As vezes, com vários órgãos do próprio Estado. No Pará, na região que eu estou, lá em Itaituba, o grande embate é com a mineração. A mineração ilegal é muito forte, inclusive a legal também. A legal é legal, mas não é legal. Se você for investigar a cadeia mesmo, tem um monte de coisa errada lá. Então, assim, e é uma agência muito forte, a Agência Nacional de Mineração é muito forte, ela tem todo o Departamento de Mineração, tem um monte de coisa, tem uma estrutura do Estado com poder, com dinheiro, com políticos ali, ocupando cargo, influenciando diretamente.

Então, a gente bate de frente com todas essas coisas. Então, assim, e o que a gente consegue, graças a quando foi organizada a Constituição Federal Brasileira de Proteção dos Territórios Indígenas, inclusive de que as terras indígenas, elas são imemoriais, então elas são anteriores ao a colonização do Brasil, ao descobrimento. Então, a gente consegue usar argumentos jurídicos da imemorialidade, enfim, é diferente dessa tese de marca temporal que está equivocada. É interessante que é até antiga, essa tese da imemorialidade, é de Dom João VI, você vai achar na legislação portuguesa, você tem um monte de comprovação de que ela é perene,

então, assim, ela é o histórico de como o Brasil pensava a demarcação de terras indígenas.

Então, por isso que nós temos esse colchão jurídico que muitas vezes, que é o que faz a gente caminhar, então, assim, eu acho que anda bem ainda por conta disso e por isso que o Congresso resolveu ameaçar diretamente nesse ponto, inclusive, que é de criar uma lei lá que fala totalmente constitucional, ela não tem lógica dentro da lógica constitucional e da segurança jurídica, ela não tem, ela não encontra sincronia, então ela se comporta de maneira inconstitucional, por isso que não tem sentido. E, na verdade, a ideia é essa, de provocar esse conflito de que não demarquem mais as terras indígenas, enfim.

Tem, por exemplo, uma terra que acabou de ser homologada, assim que o Lula entrou, é uma que parece que o Lira tem um primo lá, que é a laranja dele, então, assim, bateu de frente com ele, então, assim, é muito difícil a gente fazer várias coisas, inclusive, por exemplo, essa terra está homologada, a gente tem dificuldade, inclusive, de indenizar os trabalhadores lá, retirar essas pessoas, tem que tirar o gado, tem que indenizar quem estava de boa fé, quem não tem responsabilidade nenhuma naquilo, enfim. E é isso.

Então, assim, o nosso grande papel, eu acredito que seja a gente agir enquanto servidores de uma maneira interveniente, de você ver várias situações que estão acontecendo e você conseguir enxergar para que isso seja uma proteção institucional para aquilo que era uma proteção, assim, de como se fosse uma criança ou indígena, eu acho que hoje a gente exerce uma proteção mais institucional e jurídica, de instrumentos de como a sociedade não ainda funciona. Então, a gente precisa, vou dar um exemplo disso, por exemplo, tem um conflito numa comunidade em Itaítupua, com relação a uma estrada, os indígenas deixavam o pessoal que tinha uma roça do outro lado da terra indígena passar ali para poder fazer a roça deles, porque pelo rio não dava, porque o rio enchia. Então, na época da cheia não dava, só na época da seca eles passavam por fora da terra, aí eles foram deixando. E aí hoje, depois de 20 anos, ali virou uma estrada e agora a cidade cresceu, a cidade era bem pequenininha, 10 mil habitantes, agora tem 100 mil habitantes, eles estão dentro da cidade, praticamente, é quase centro onde eles estão, quase centro da cidade que eles estão enfiados ali. Então, eles ficaram bem no meio ali. Então, já tem uma cidade inteira do

outro lado e uma pressão. Então, fica todo um conjunto de forças ali pressionando para que faça a estrada, não precisa fazer. Aí tem um grupo de indígenas que fala que não quer, que isso aí é uma violação do território deles e tem outro grupo que fala que “não, a gente quer que passe, porque pelo menos a gente vai ter uma estrada aqui, vou ficar na beira da rua e estou já dentro da cidade mesmo.” Qual é o nosso papel? No caso, a prefeitura já chegou lá, estava asfaltando já, aí a gente impediu o asfaltamento e argumentou que precisava-se fazer uma consulta comunitária, mas uma consulta livre, prévia e informada. Então, e existe uma confusão, quando a gente fala que a consulta, é só fazer uma reuniãozinha não é isso, um abaixo-assinado e assinado, mas não é assim. Inclusive, esse grupo que eu estou me referindo aqui na cidade, é o Munduruku, eles têm um protocolo próprio deles que eles criaram, que é também uma estratégia deles para eles poderem entender se isso daqui vai ser prejudicial ou não pra eles. Consulta, né, porque às vezes a pessoa, não, mas eu quero fazer, mas como é que isso vai te beneficiar? Qual é a resposta que é, né, assim, tem que mostrar pra eles qual o benefício, qual a vantagem ou desvantagem que ele vai ter. O conjunto de vantagens e desvantagens que ele vai ter sobre aquilo, pra que ele tome uma decisão e mesmo que seja até contrário aos direitos e interesses dele, mas que seja consciente, né, de que eles têm uma... vai acontecer isso aqui, a consequência é essa, né, então essa é a ideia da consulta.

Então, assim, o nosso papel, acredito que hoje seja esse, de a gente fazer esse trabalho. Acho que falei demais. Não, pela gente você continua falando.

E você puxou, na verdade, uma outra pergunta nossa. Você falou que agora tá tendo mais a participação dos povos indígenas dentro da FUNAI e do papel do Ministério dos Povos Indígenas. E isso era uma questão nossa, se tinha essa participação e como que essa participação acontece dentro da FUNAI? Aí se você puder falar um pouquinho mais sobre isso.

Posso, posso sim. Então, na verdade, no primeiro governo Lula teve essa ideia de fazer, na verdade foi no governo do Fernando Henrique, já de fazer, porque o Fernando Henrique tem essa linha intelectual dele aí de antropologia, né, enfim. Então, assim, no governo dele teve essa coisa de já começar a colocar indígenas como representantes nas regionais.

Você teve bastante no governo do Lula, foi mais forte ainda. Só que, assim, a ideia era de pensar assim como se fosse uma inclusão, né, para que possa tomar decisão. Só que a gente viu muitas barreiras para isso, que debate em várias questões, né.

Desde a de como entender como é que funciona a máquina administrativa que ela corrói, ela também ajudou a destruir, de só colocar um indígena lá como figura da FUNAI, também ajudou a depauperizar o serviço. Essa é uma falha que a gente percebe e a gente não quer que isso aconteça mais, espero que não aconteça. Mas isso prejudicou também, porque, e também a forma de escolha, né.

Muitas escolhas foram, assim, dessa referência de você pegar quem é a liderança daquela comunidade, quem é o professor, né, daquela comunidade. Então, aí, só que isso bate de frente com várias questões. A primeira é a máquina que eu falei, a segunda é os povos indígenas são muito diversos e eles também conflitam entre eles, inclusive interesses de poder.

Então, por exemplo, você colocar um membro de uma etnia que, às vezes, que na votação ele vai ganhar, porque ele é maioria, né, e o outro não vai poder entrar. Então, às vezes, ele vai só defender o grupo dele, né. Então, esse é um embate que acontece.

E outra coisa, por exemplo, lá no Acre era o contrário. A liderança que colocaram, ele não defendia o grupo dele, só que ele defendia outros grupos, porque o grupo dele também era minoria, ele foi colocado. Então, assim, tudo isso bate de frente, né.

E também a própria gestão da máquina. Tem que ter muito conhecimento para gestar a máquina, não é fácil. E a nossa linha funcional funciona diferente de órgãos parecidos, tipo o IBAMA e o CNBio.

A gente funciona diferente porque essas carreiras ambientais, eles separam, né. Eles têm o administrativo e o da área ambiental, né. A gente não, a gente é tudo junto.

Então, por exemplo, eu sou especialista em indígenas e formado em geografia. Eu posso fazer licitação. Não deveria, eu acho que não deveria, né.

Mas eles mandam a gente para cuidar dessas coisas. E eu acho que muitas vezes não é legal, porque a gente acaba, também por causa da quantidade de pessoas, acaba sobrecarregando. Então, às vezes, eu faço coisas de administração e em outro momento tenho que fazer coisas finalísticas.

Então, é uma confusão. A FUNAI não teve essa expertise de dividir as coisas. Então, isso aí também tem a ver com a história institucional dela, né.

Porque ela era aquela instituição total que fazia tudo, que agradava os indígenas, que não fazia licitação, comprava de qualquer jeito e entregava as coisas. E os índios estavam, chegava a dentadura lá, chegava a comida. Era bem essa coisa assistencialista, né.

E que também gerou muitos problemas. Na atualidade, na divisão de poderes que o governo Lula fez, estruturou de uma maneira que ele deu a participação direta do, no caso, das lideranças indígenas. Inclusive, aquelas mais preeminentes, inclusive, de âmbito internacional, que estavam atuando em organizações não governamentais.

E essas pessoas entraram e trouxeram renovações importantes, só que eles também bateram de frente de novo como funciona a máquina institucional. Então, assim, a gente bateu nisso. Então, teve muitos conflitos até a gente poder começar a organizar agora melhor.

Agora, no final desse ano, parece que as coisas estão se engrenando melhor. Mas foi muito conflituoso, porque o ministério ficou como se fosse, assim, com um desempenho aquém de ministério. E, afinal, só ela funcionando praticamente sozinha, assim, nas coisas finalísticas.

Então, foi muito... Não sei se vocês entendem como eu estou dizendo, não é... Eu acho que é uma crítica importante. Que eu imagino que tenha sido feita, porque começou a ter mudanças na melhoria da qualidade mesmo, de trazer os especialistas do Ministério da Gestão para o MPI, que é o Ministério das Colônias Indígenas, para poder organizar melhor isso, mostrar como é que a máquina funciona. E, assim, está cada vez mais sofisticada a máquina pública.

Então, tudo é digital, tudo é... E aí, de novo, a gente bate de frente com o letramento das lideranças indígenas. É um letramento diferente. E aí, no caso, tanto a ministra, tanto a presidenta, as duas são indígenas, e colocaram nas regiões também... Praticamente, acho que 90% são indígenas.

Foi a maior até hoje. Antigamente, acho que era 50%. Em anos anteriores, agora está praticamente 90%.

E, assim, a gente tem umas renovações. Por exemplo, em Minas Gerais, tem um coordenador lá, ele tem uma formação do mundo não índio. Então, tem mestrado... Ainda não é aquilo do conhecimento de máquina pública que é obrigado a ter, que precisa ter.

Mas, assim, já ajuda a dar uma melhora maior. Só que acho que essa mudança não chegou na Amazônia. Na Amazônia ainda é muito aquela coisa muito precarizada.

Então, assim, as lideranças não têm conhecimento, às vezes, nem sabem escrever direito, só sabem assinar o nome, e é coordenador regional. Então, é um importe grande. Tem o conhecimento... Tem alguns conhecimentos importantes de território, de como é que lida com a comunidade, a comunidade ouvir mais, afundar e a gente é até menos criticado.

Porque tem um deles lá dentro agora. Então, eles podem dialogar melhor, acho que eles se sentem mais legitimados, até para criticar menos. Enfim, e também porque agora estão vendo como é que funciona a máquina, que não é fácil.

As coisas não são... Por exemplo, esse ano foi muito, eu achei, dramático, porque o CNU atrasou, a Fonai queria fazer um concurso individual, aí não foi possível, porque não tem gente para preparar. Aí a gente entrou no CNU achando que em janeiro desse ano já ia sair alguma coisa, não saiu nada. Em agosto a gente já ia contratar a gente, porque a prova ia ser em abril.

Aí agora a prova foi em agosto e a gente acha que vão chamar em dezembro ou janeiro para começar em março. Então, isso daí foi uma frustração. Por quê? Porque entrou muito recurso financeiro, entrou e a gente não consegue usar.

E assim entrou muita grana, também por conta da... Por exemplo, aqui na região. São três conglomerados de regiões aqui. Aqui essa parte do Pará, onde estou, no oeste do Pará, aí uma parte no centro do Pará e a outra ali entre Roraima e Amazonas, que eu ia no nome.

Nesses três localidades, o STF em 2020 já entraram com aquelas ações para proteção da saúde e das condições sociais das comunidades, porque todas essas três regiões são afetadas pelo garimpo. Então, aí tem uma ação no STF, que no nosso caso é a DPF 709. Aí ela forçou o Estado brasileiro a emitir crédito suplementar, que é mais recurso.

Então, a gente comprou um monte de coisa aqui, só que não tem nem como usar. As coisas vão chegando e a gente não tem onde pôr. Nós estamos num prédio que é... Você imagina, é um prédio público, mas é uma casa de sobrado.

É uma casa, uma residência. E aí tem um monte de coisa enfiada lá, um monte de carro do lado de fora, não tem garagem, a casa... A casa está detonada, está tudo caindo aos pedaços. Então, nós estamos nesse... E aí não tem como fazer um... Sei lá, tem que fazer uma licitação para alugar um imóvel novo, é isso? Aí tem que vir toda essa burocracia.

Como é que resolve isso? Quem vai fazer? O tempo para fazer isso? Então, para organizar tudo isso está super complicado. A gente depende muito de que tenha essas novas contratações que elas vão começar a aliviar, porque o peso está muito

grande. Então, é até interessante, quando acontece um problema social muito grande, o problema econômico e social, a sociedade, principalmente os mais pobres, os mais marginalizados, vão lá embaixo.

E para você resgatar... Quando a economia sobe, está tudo pompando, mas aí esses grupos sociais excluídos não conseguem... O gasto parece que é superior para poder elevá-los de novo. Então, nós estamos vivendo esse momento, eu acredito. Parece que é muito difícil.

Dá tristeza de ver um monte de dinheiro voltando e a gente não consegue usar. Não tem como, não tem o que fazer. Nós temos um recurso, por exemplo, para até construir um prédio novo lá, mas não conseguem.

Como é que a gente vai fazer? Quem vai fazer? Qual o tempo para fazer isso? Enfim, é isso. E está acontecendo também agora uma reorganização. A gente está negociando, porque a gente hoje tem... É como funciona a máquina pública.

Ela funciona também com cargos. Então, o quê? Perdão. Ela funciona com as funções.

É porque cargo é o meu, eu sou especialista em indigenismo. E função é aquela chefia, vamos dizer assim. A gente chama função.

Na verdade, é tipo um tipo de chefia que varia os valores de R\$ 360 a R\$ 6 mil. E aí a gente... Como é que funcionava? A FUNESC tinha R\$ 1.600. Gente, os números não estão precisos. Estou aqui de cabeça mais ou menos.

Mas acho que era R\$ 1.600 até 2010. R\$ 1.600 funções comissionadas. Aí elas caíram para R\$ 800.

Aí a gente estava focando em tentar voltar pelo menos em R\$ 1.200. Parece que é isso que o colega falou. A gente aumentar mais R\$ 400 para poder reforçar. Porque aí tem um outro problema que são as nossas... Porque a gente funciona com a nossa hierarquia, a presidência lá, com as diretorias e as coordenações gerais lá em Brasília.

E nas regiões, são coordenações regionais. E abaixo da coordenação regional, juridicionada ela, tem as coordenações técnicas locais, as CTLs. E o nosso grande gargalo são elas.

Porque elas estão em cidades onde tem terras indígenas que não têm a mínima estrutura para ser uma cidade. Por exemplo, a Jacareacanga não tem um banco. Não tem uma agência bancária.

Os indígenas vão para outro município para receber salários, para corrigir conta que está errada, para receber benefício social, assistencial. Tanto os indígenas quanto o povo da cidade têm que ir para outra cidade para conseguir, porque não tem. E é lá que estão as terras indígenas.

E aí bate com a dificuldade de fixar servidores nessas cidades. Então, o exemplo de Jacareacanga, tem um rapaz lá que não é servidor do quadro, mas ele é da cidade, os indígenas confiam nele, então ele é chefe da CTL eternamente. Parece que ele está há muitos anos lá.

E você pode ter certeza, com esse concurso agora, mesmo que a gente crie vaga lá, vai ser muito difícil deixar alguém lá. É muito difícil. É praticamente impossível.

Deixar, porque a pessoa vai dar um jeito, se for negado de toda forma, ela vai dar um jeito até de se demitir, porque não vale a pena. Então, assim, até... Por que eu estou falando isso? Porque eles estão tentando reorganizar essa estrutura com esses cargos comissionados a mais, para que indígenas possam assumir nesses lugares. E indígenas qualificados também, mas qualificados não é só por ser indígena, mas é uma pessoa que se fixaria ali.

E outra coisa, uma reorganização de colocar essa coordenação regional... Antigamente, a gente olhava muito onde estavam as terras, a gente olhava coisa bem mais geográfica, aí a gente percebeu que não dá para lutar contra a realidade da localização política e econômica, não tem como deglodear com isso. Então, por exemplo, a nossa coordenação é em Itaí e Tuba, mas eles perceberam que, logisticamente, o ideal seria Santarém, por exemplo, que é uma cidade maior, é grande, é uma cidade polo, regional, então, implica várias coisas, principalmente a licitação, que é a atividade de meio, licitar produtos, equipamentos, veículos, acessórios para poder fazer o trabalho, comprar ferramentas agrícolas para os indígenas fazerem produção, para construir viveiro, para fazer várias coisas. Precisa dessa parte administrativa e financeira, que faça aquisições.

Então, isso se dá melhor nessas cidades e as pessoas tendem a se fixar melhor nessas cidades. Por exemplo, a gente tem Belém, não tem coordenação regional lá em Belém. A coordenação regional fica em outras cidades, fica em uma outra cidade, que é o Caiapó, que é uma cidade, como é que chama? Não lembro.

Vai ser uma cidade bem... Tucumã, lembrei. Uma cidade bem pequenininha. Não tem condição de ter uma coordenação regional lá, pensando assim, friamente.

E, agora, eles estão pensando em colocar Belém como uma coordenação regional, porque aí você vai fixar mais servidores, você vai conseguir organizar melhor, você consegue fazer licitação. O governo brasileiro funciona assim, tem que licitar um produto para adquirir ele, para poder que as atividades aconteçam. É muito forte isso.

Então, a gente se rendeu a essa realidade que a gente tentava negar, a gente olhava mais essa geografia, a espacialidade, essa geografia mais cultural, de onde estão os territórios, e não dá, infelizmente, não dá. Então, a gente está fazendo uma adaptação sobre isso. Aí, se pensa em fazer... Não tem nada certo ainda, está em vias, mas de organizar para que tenha, por exemplo, essa que tem essa possibilidade de fazer contratações e consegue ter mais servidores, e uma outra que é mais técnica para fazer as ações de campo.

Então, essa é uma outra estratégia também. Está se pensando, então, a coordenação regional A, B e C, e cada uma vai ter uma qualificação diferente. Não está fechado, mas estão discutindo esses temas aí hoje.

Não sei mais se estou falando demais aí. Não sei se estou falando uma coisa que está muito fora do entendimento, porque acho que vocês podem perguntar, porque às vezes pode ser que... Quem está no órgão, você fica falando de coisa muito técnica, e quem está de fora, às vezes, não consegue ter a clareza. Às vezes, a gente fala siglas, enfim.

Está ótimo. É só uma questão que eu peguei. Você falou do acúmulo de funções, mas a FUNAI chega a oferecer uma coisa profissional de concurso, alguma coisa? Por exemplo, você falou que faz administrativa e tudo mais, ou é cada um por si e se virem? Historicamente, ela é problemática.

A FUNAI tem condenações no TCU, Tribunal de Constituição União, por causa disso que você perguntou. Não tinha nada. Tudo que eu tenho na FUNAI... Praticamente, 80% do que eu tenho foi no campo.

Não tem curso, não tem... Agora que está se pensando em fazer... Assim, quando veio o TCU pressionando, eles pegaram muito esses cursos da ENAP, essas coisinhas que são da atividade-meio, que a administração orçamentária é importante, mas a parte técnica é muito precária. Se a gente comparar, por exemplo, com o CNBio, que eles têm curso, o servidor lá deles pode criar um curso e colocar na plataforma deles. Eles têm uma plataforma virtual, eles têm curso presencial, eles têm uma escola.

Nós temos uma escolinha bem pequena que fizeram em 2010, nunca funcionou direito. Funcionou no início e depois acabou o dinheiro e não funcionou mais. Então, tem uma pressão jurídica muito grande para que tenha esses cursos, só que aí invadiram a gente com esses cursos de atividade-meio e nós já estamos até esgotados.

Ninguém mais quer saber disso, não interessa mais. O que interessa é formar, inclusive, esse grupo que vai chegar agora, que são quase 700 pessoas que vão entrar, elas precisam ter essa formação, porque ela é fundamental para a gente não ficar perdido e cada um fazer, inventar o seu indigenismo, que o grande problema nosso é esse. Quando eu entrei em 2010, cada um foi criando o seu indigenismo, o seu jeito de resolver as coisas, e assim, das maneiras mais malucas possíveis.

Ou a gente fazia fiscalização sem arma, vocês têm ideia disso? Na minha época anterior, começou a se proibir que a gente fosse para fazer fiscalização, começou a

ser proibido de fazer. A gente fazia, a gente já fez, já tomei arma de gente sem ter nada, estava no escuro, de noite, de madrugada, e a gente foi... Só no grito, e a primeira coisa que a gente pega é a arma, mas isso é superarriscado, então a gente não quer isso, a gente quer uma instituição fortalecida, coerente, a gente fica, quando a gente fazia essas coisas, a gente fica no limbo, na mão do juiz, para entender se isso foi errado, se não foi, ele inocenta aquele cara que estava fazendo alguma coisa errada lá na terra indígena, que estava invadindo, que estava traficando, o juiz pode até inocentar o cara por causa disso que a gente fez. Então, assim, tem um problema, então a gente quer uma coisa organizada, orgânica, sistemática, isso é ser o nosso maior problema hoje, e a gente está tentando, vocês veem, hoje é muito difícil aprovar o posto de arma para a FUNAI, no passado a gente teria conseguido, só que a leitura no passado foi de que a FUNAI não deveria ter posto de arma, só para vocês terem uma ideia, antes o Congresso, se a gente pedisse naquela época, o Congresso teria aprovado, mas tinha uma leitura de gente que estava na FUNAI, inclusive a frente, que não era essa a nossa vibe, e depois aconteceram várias coisas, mais graves, o interior do Brasil começou a ficar muito violento, então aquilo que eu fiz, de tomar uma arma de uma pessoa, não dá mais para fazer, porque se fizer isso eu vou morrer, então está muito mais violento o interior do Brasil, as pessoas, eles atiram, a gente foi agora, eles atiram até na Polícia Federal, então não tem medo não, a Polícia Federal foi conversar lá na reunião, e eles xingaram, só faltou jogar coisa neles lá, então é isso, então assim, então por isso a gente precisa de uma organização, nesse sentido, e fortalecer nossas políticas, organizar que tem uma escola nossa de formação, tem que ter um grupo de elite que faça fiscalização com o nosso olhar, porque esse é outro problema que a gente vai fazer com o IPAMA e com a EPF, eles não entendem nada do nosso território, então é muito ruim, porque eles ficam tentando, pegando, catando migalha, mas eles não conseguem entender como é que funcionam essas dinâmicas, ficam toda hora perguntando para a gente, aí fica uma coisa meio manca, o que a gente precisa, o que a gente consiga nós fazer nessas atividades de proteção do território, então a gente precisa de uma escola, uma escola de formação decente.

E aí, acho que entra em tudo o que você está falando, até pelas questões de como vocês têm que lidar com as coisas pela organização da FUNAI, mas dentro da questão do direito à terra dos povos indígenas, o que você entende como mais importante de dar atenção? Eu acho que o mais importante é a demarcação, porque a demarcação dá segurança jurídica, ela dá segurança para que a pessoa pare de viver, até na tensão psicológica, você vê os indígenas no Mato Grosso do Sul, ali é um lugar que é um recorde muito grande de suicídio, você vê criança de 9 anos cometendo suicídio, principalmente os meninos, eles botam o arco assim, a flecha assim, e se matam, então é por causa da terra, e é muito complicado o Guarani Kaiowá e outros Guarani, que eles têm os Tecorrá, que são acampamentos temporários, eles ficam circulando no território, eles são como os Yalamã, muito parecidos, só que eles estão no Mato Grosso do Sul, onde 90% das terras são privadas, é diferente de Roraima, o problema de Roraima é o garimpo, mas se sai o garimpo, melhora, agora e ali, como é que faz? No Mato Grosso do Sul, o ideal seria territórios contínuos, porque eles vivem em Tecorrá, esse acampamento, eles vão e montam o acampamento e depois vão embora, eles não vão ficar, não adianta você falar que o índio tem que se adaptar, de que jeito? Se o universo dele, a cosmologia dele é de funcionar daquele jeito, como é que você muda? E aí a pergunta é, a gente precisa mudar? Será que é só eles que têm que mudar? A gente não tem que mudar também? A gente, enquanto do mundo não índio, a gente também não teria que mudar? O Estado brasileiro não teria que mudar também? Para poder enxergar que tem essa dinâmica e como lidar com ela? Então, o que eu digo para você é isso, é a demarcação, porque depois que acontece a demarcação, assim, diminui muito as tensões, porque quem mora naquele território, que estava lá de boa fé, que também às vezes fica atreitando com os indígenas, às vezes não, sempre fica atreitando, ele recebe uma indenização, que muitas vezes é boa, quem mais reclama de valor de indenização são os grandes fazendeiros, porque eles querem dinheiro pela terra nua, e a terra nua o governo não paga, o governo paga só a benfeitoria, aquilo que ele construiu lá, mas não são valores baixos, muita gente fala que é baixo, não é baixo, eu trabalhei só com indenização de terras, principalmente na Bahia, em Caramuru, são milionárias, a gente paga valores milionários, vocês não têm ideia, são muito altos os valores que a gente paga. Então, quando essas pessoas são indenizadas, acaba, assusta, acaba, a pessoa recebe dinheiro, na Bahia tinha um tal de Marco Rui, é o apelido dele, é um velho, diz que ele matou um monte de indígenas no passado, a

gente indenizou ele, ele virou as costas e foi embora, acabou o conflito, ele queria só o dinheiro dele para ir embora, e aí a gente vai bater de frente com outra coisa, o Estado brasileiro tem que mandar dinheiro para que a gente faça as indenizações, para criar essa estabilidade emocional nas pessoas que estão lá. Então, por exemplo, essa terra agora é aquela que a gente fez fiscalizar, é aquela que acabou de sair a portaria declaratória dela, Cobra Grande, saiu de três, inclusive aqui nessa região aqui, é Cobra Grande, Maró, que é aqui na região de Santarém, e a outra que é de índios isolados, que é a Piacaz, que já está no Estado do Mato Grosso, mas é aqui grudadinho, na parte alta aí, que ali só tem índio isolado, indígena isolada.

Então, isso é importante, dá muita segurança jurídica, para a gente atuar, a gente pode fazer fiscalização, a gente pode colocar placa, essas pessoas vão saindo, vão sendo indenizadas, vai acabando os atritos, e aí os índios podem viver com maior tranquilidade. Então, a coisa mais importante é essa, tem que demarcar essas terras, principalmente essas que têm muito conflito. Tem terras que não estão demarcadas, que não tem conflito.

Tudo bem, mas são muito poucas. Agora, tem muitas que precisam demarcar e que têm muitos conflitos. E o Estado tem que dar um jeito, eu acho que... É interessante, acho que talvez com a inventividade da lei, do arranjo do lugar, porque acaba acontecendo que, por exemplo, não pode arrendar a terra, mas os índios vão arrendar.

Muitos índios vão acabar arrendando, porque é a dinâmica como está dada, como as questões sociais estão montadas ali.

ENTREVISTA 2

Sofia: Obrigada por topar conversar com a gente, viu?

Entrevistado: Tranquilo, Sofia.

Sofia: Obrigada.

Entrevistado: O que a gente pode contribuir?

Sofia: Então, primeiro a gente queria perguntar se tudo bem a gente gravar a conversa.

Entrevistado: Sim.

Sofia: Para a gente conseguir transcrever depois.

Entrevistado: Tudo bem, de boa, tranquilo.

Sofia: Mari, você consegue gravar? Porque eu estou de fome, não vou conseguir. Obrigada. Aí, assim, a gente tem algumas perguntas organizadas para o que a gente já tinha pensado antes, mas é bem livre, assim, se você sentir necessidade ou vontade de falar de outra coisa ou achar importante que a gente analise outras coisas também. Super tranquilo. Tipo um espaço para você falar mesmo.

Entrevistado: Só para entender, aí seria com qual objetivo, de onde vocês são, qual a finalidade, se puder fazer um relato, um breve histórico, aí seria importante.

Sofia: Então, nós somos alunos de ciências sociais da FESP, aqui em São Paulo. A gente está fazendo um trabalho de extensão para o currículo do semestre, mas a gente também está procurando publicar esse trabalho para fora, que é um trabalho sobre os povos indígenas.

A gente já começou a fazer ele no semestre passado. No semestre passado, a gente trabalhou com a questão das demarcações de terra, e também com a questão da demarcação de terra, mas voltada para uma ótica relacionada à questão das mudanças climáticas e como se os povos indígenas tivessem alguma voz, algum poder político maior, a nossa perspectiva futura seria mais agradável do que ela é agora. E aí, neste semestre, a gente está trabalhando com as questões das políticas públicas.

Então, vai ser uma continuação em que inicialmente, como a gente estava trabalhando com a questão da demarcação de terra, a gente queria continuar falando sobre a terra e a gente pensou em trabalhar a questão da insegurança alimentar dos povos indígenas.

Entrevistado: Certo.

Sofia: E aí, a gente está indo mais ou menos por essa ótica.

Entrevistado: Beleza, tranquilo. Pode mandar a bala. Tem alguma dúvida? Alguma questão? A ideia seria falar com pessoas que atuam nessa área, opiniões de pessoas que estão envolvidos, de certo modo, com... Não é a estrutura da FUNAI, é coisa pessoal, digamos assim. Qual é a ideia?

Sofia: Então, os dois. Na verdade, a gente também quer ver a questão da estrutura da FUNAI porque, querendo ou não, é o órgão governamental que estaria trabalhando diretamente com isso. Então, a gente está fazendo uma análise também da FUNAI.

A ideia principal é conversar com quem está envolvido, de fato. Tanto com pessoas que trabalham, quanto com os próprios povos indígenas. A gente ainda está tentando ter contato com algumas lideranças, mas também com os povos indígenas.

Entrevistado: Beleza, é importante. Show de bola. Vamos lá.

Sofia: Bom, então, primeiramente, a gente gostaria que você contasse um pouco sobre a sua trajetória profissional, como que você chegou na FUNAI, como que você chegou, principalmente, na Frente de Proteção. Como que foi essa sua trajetória?

Entrevistado: Tá. Então, eu sou da Bahia, né? Sou da Bahia, morava no Rio de Janeiro. E aí, em 2010, eu fiz o concurso para cá, para o Acre. E aí, cheguei em 2010, na FUNAI. O meu cargo é um cargo de auxiliar em indigenismo.

Meu nome é Wagner de Jesus Galo. E vim trabalhar na Frente de Proteção Etnoambiental Emvira, onde eu sou lotado. O que significa esse nome bem diferente, digamos assim, né? É uma área da FUNAI, dentro da FUNAI, que atua com povos isolados e de recente contato. São povos, num contexto de vulnerabilidade, que têm um grau mais alto de vulnerabilidade, vários, né? Sociais, política, demográfica,

epidemiológica. Então, são populações que possuem esse alto grau de vulnerabilidade. E aí, por isso que dentro da estrutura da FUNAI, tem, digamos, essa área em específico, né? Essa coordenação para poder atuar com esses povos.

E aí, beleza. Cheguei em 2010, vim para essa finalidade. Só que acabei, dadas as condições, as estruturas, acabei tomando outra direção, que foi trabalhar com os povos indígenas aqui do Acre, do Sudeste do Amazonas e Noroeste de Rondônia, que são os indígenas contactados, indígenas que já têm algum desenvolvimento com a sociedade, né? Os apurinãs, os cachararis, os funicuins, os mati-raís, são povos contactados.

Quando eu cheguei em 2010, em vez de trabalhar na frente diretamente, fui trabalhar com esses povos, dada a dificuldade que era, né? Estava bem desestruturada a FUNAI, eu acabei ficando em Rio Branco para poder atuar e trabalhar com esses povos. 2018, acaba esse ciclo, eu volto para a Bahia, vou trabalhar com as populações indígenas do sul da Bahia, né? Na região de Porto Seguro, Ilhéus, que é minha cidade natal, e outras regiões, Santa Cruz Cabralha, Belmonte, então, no sul extremo do sul da Bahia. Fico lá até 2018, 2018 chega, fico até 2021, quando eu recebo o convite para voltar para o Acre, para poder, aí, já conduzir a coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental, que fica localizada aqui no Acre, e que a gente trabalha com povos isolados e de recente contato.

Aí, de fato, eu entro na esfera da qual eu fui, digamos, inserido dentro da FUNAI para trabalhar. Então, aí, até os dias de hoje, a gente está na coordenação da Frente de Proteção em Vira, no Acre. Sofia: Perdão. Você falou um pouco do concurso. Você chegou no concurso por meio de faculdade, de curso? Como que você se interessou por essa ideia?

Entrevistado: Então, eu não tinha nenhum envolvimento, né? Na minha vida toda. Mas eu sabia que tinha populações indígenas lá e nunca, assim, despertou nenhum tipo de interesse.

Eu atuava em outra área, né? Trabalhava com uma rede de hotéis e pousadas na região. Nunca me envolvi, né? Quando eu fiz o concurso, é tipo isso, né? Era uma pressão que vivia, que existia, né? De tentar fazer algo, de buscar uma estabilidade. Enfim, aí, fiz alguns, né? Fiz alguns concursos e na FUNAI eu tive sorte.

Assim, de modo bem, digamos assim, sincero, né? Eu fiz com o objetivo de, como qualquer outro concurso. Só que aí, qual é o diferente? Que quando eu fiz, eu acho que aí cabe, digamos assim, a cada um, né? Perfil, algum profissional. Eu, por exemplo, eu me dedico muito em tudo que eu faço, né? Se eu for trabalhar como qualquer outra profissão, eu vou me dedicar. É porque eu acho que é o perfil de cada um, né? Eu vou me envolver. E você acaba se envolvendo e vai gostando do que faz, né? E hoje é isso. Hoje a gente não tinha histórico, não tinha histórico de trabalhar com populações indígenas, que aí você chega na estrutura, você se depara, você se envolve e você começa a ser um grande defensor do público que você atua, né? E basicamente foi isso.

Mas eu sou formado em geografia, né? Pela universidade. Comecei na Bahia, na época, mas por conta de vários fatores, né? Econômico, financeiro, né? A gente não concluiu. Aí eu consegui fazer uma outra aqui no Acre, quando eu estava aqui, e aí terminei. Terminei a graduação em geografia. É uma área afim. Tem muita coisa próxima, a leitura de mundo, de espaço, território.

Tem muita coisa próxima, né? Mas, assim, não existe... Hoje, na FUNAI, existe... Você pode fazer uma seleção específica, existe cargo específico, mas, a grosso modo, tem pessoas com várias graduações, de várias áreas. Tem matemáticos, tem físico, tem antropólogos, tem pessoas das ciências sociais, cientista político, enfim. Tem várias áreas. É multifacetária, no caso.

Sofia: Legal. Aí, você trabalha na Frente de Proteção, né? Como que acontece o trabalho com os povos isolados e com o contato recente?

Entrevistado: Então, trabalho com populações isoladas, né? Inclusive, agora há pouco, a gente estava num grupo de trabalho para pensar a FUNAI nos próximos anos, né? E hoje foi a apresentação das Frentes de Proteção, né? O trabalho que envolve povos isolados e de recente contato.

Quando a gente ouve essa palavra em qualquer... em algum lugar, né? Frente de Proteção etnoambiental é voltada para povos isolados e de recente contato dentro da estrutura da FUNAI. E o trabalho consiste em dois aspectos. São dois tipos de povos, né? São categorias administrativas que a FUNAI, que o Estado brasileiro reconhece, né? Classifica como povos isolados: são aquelas populações que não têm ou já

tiveram algum contato com a sociedade. Por conta de algumas situações, eles se embrenharam, se distanciaram da nossa sociedade, né? Isso inclui os indígenas também contactados. Eles se isolaram, né? Se embrenharam para não haver, digamos assim, esse contato contínuo, continuado, né? E para essas populações, o trabalho se resume basicamente, Mariana e Sofia, na proteção territorial. São o quê? O que é que envolve isso? O que é que diz isso, né? O que é que significa isso? Vários estudos anteriores comprovam a existência de determinados povos isolados em alguma parte do território brasileiro, sobretudo na região Amazônia. E aí, sabendo desses estudos, que várias pessoas, vários colegas, o Estado brasileiro já fez anteriormente, você faz a proteção dos locais que, digamos assim, sejam vulneráveis à entrada de estranhos para poder chegar até essas populações. Por incrível que pareça, é estranho dizer, mas existe um bando de pessoas ainda que querem, porque querem, fazer o contato com essas populações.

E aí existe um princípio básico que é o respeito à autodeterminação. Ou seja, se essas populações indígenas elas sabem que existe uma outra sociedade e se eles estão localizados em lugares estratégicos para a sobrevivência deles e eles não querem vir até a gente, aí cabe o Estado brasileiro, cabe a FUNAI, a Frente de Proteção, fazer a proteção desses territórios, dessas populações. Eu chego me arrepio em falar isso, porque é uma coisa tão nobre, sabe? Porque eu não quero, eu sei que existem populações e eu não quero me relacionar com você, porque isso parte, Mariana e Sofia, de uma situação, de um contexto político e, digamos, de ocupação territorial que aconteceu aqui no Acre, que aconteceu em alguns lugares da Amazônia. No caso específico do Acre, foi o quê? Existia um território, que era território para as populações tradicionais, que aí chega às frentes de expansão brasileiras, pessoas vindas de vários lugares. E aí alguns indígenas, eles são contactados, existe hoje, você tem 16 povos indígenas no Acre, eles são contactados, esses nomes que a gente vê, Uenawá, Jaminawá, Caxinawá, Caxinawá, Huni Kuin, Cunhanawá, a gente vê esses nomes, são esses indígenas.

Mas teve alguns que não se acostumaram a esse novo modelo de expansão que chega nessas regiões. E aí o que eu faço? Eu me recuso a, digamos, a viver dessa forma. Então eu vou para os lugares mais remotos, mais distantes, para eu não poder participar dessa forma, dessa organização que está chegando aqui. E aí eles se

isolam, eles se afastam dessa nova realidade de ocupação territorial. E aí são chamados os indígenas isolados. Que aí cabe a gente fazer a proteção dos territórios onde possivelmente pode ser uma estrada que possa caminhar até eles.

Então a gente protege esses territórios para não chegar pessoas estranhas até eles. Isso é o povo de isolados, tranquilo? Aí tem o povo de recente contato, que aí é outro tipo de política. São indígenas que são contactados, que sabem e reconhecem que existem outros grupos de pessoas, de população, mas eles não compreendem muito a nossa organização. Eles estão em fase de entendimento, que aí essa fase de entendimento vai depender muito de vários fatores. Com quem eles se envolvem, o tempo que eles se envolvem, a própria, digamos, engajamento dessa sociedade de recente contato. Tem alguns que vão se apropriar mais rápido, outros não.

Então são uma série de fatores. Esses são povos de recente contato. Vou dar um exemplo: um povo de recente contato, como ele viveu muito tempo na floresta, se a gente pegar e trazer eles aqui para a cidade, é um exemplo, colocar eles em um hospital. Vários momentos tem situações como essa, que a gente acompanha esse povo de recente contato nos hospitais para atendimento de saúde. Como eles já têm essa relação, só que eles não conhecem muito o funcionamento da nossa realidade, dos nossos costumes. Então, aí a Frente de Proteção trabalha com o objetivo de poder ser o quê? Esse intermediador. Nessa transição de mundo, a gente faz o básico, digamos, explicar para eles como funciona, porque, por exemplo, para eles é muito imediatismo. Um exemplo, outro exemplo. Vou dar outro exemplo. Eu quero um exemplo, um facão. Aí a FUNAI precisa comprar um facão. Os servidores não vão tirar o recurso deles para comprar um facão para poder fazer uma política para povo de recente contato, porque eles não têm acesso, eles não têm documentos. Alguns não têm documentos. Eles não têm documentos porque eles vivem em um ambiente que não necessita tanto de documento, mas são cidadãos. E aí eles querem um facão. É muito difícil explicar para ele para poder comprar um facão, eu preciso ter dinheiro, eu preciso fazer uma licitação pública, a FUNAI em Brasília precisa mandar dinheiro. Então, são essas coisas mesmo que é muito difícil, é muito complicado eles saberem.

Por isso que eles são considerados povo de recente contato. De modo geral, só pegando uma parada, é isso. Mas aí como é o trabalho com população de recente

contato, eu vejo que é o maior desafio, porque eles estão em contato conosco e demandam, nós somos os exemplos para eles. Eles querem uma camisa azul, eles querem óculos. E aí a gente precisa explicar para eles que, por exemplo, para eu comprar essa camisa, eu tenho que trabalhar muito tempo para poder comprar. Só que para eles não funciona isso no mundo deles, está entendendo? Eles viviam num território, num lugar onde essas práticas que a gente conhece hoje, a gente é criado e vai entendendo desde pequeno, desde criança, não era um mundo que eles frequentavam anteriormente. E esse é o maior desafio. Esse é o maior desafio, que é o trabalho com os povos de recente contato, para poderem não negar os direitos que eles têm, mas ao mesmo tempo não gerar conflito, porque isso tudo, se você negar, você pode ser morto, porque eles não compreendem muito, eles resolvem muito a base da grosseria, do acirramento. Então tudo isso requer muito cuidado e é o desafio que eu vejo. É o povo de recente contato. Não sei se é difícil para vocês, mas de uma forma bem objetiva, é porque envolve muita coisa, sabe? Não sei se vocês conseguiram entender um pouquinho.

Sofia: Não, eu pude entender sim. E o contato desses povos acaba acontecendo por vontade deles ou como você disse para essas pessoas que ainda tentam entrar em contato com eles e acaba meio que obrigando essas populações a terem contato? Então, o que acontece? Qual é a política que o Estado brasileiro defende?

Entrevistado: O não contato. Por conta de quê? De convenções internacionais, próprias normativas da FUNAI, que o contato só deve existir numa condição que a gente, por exemplo, acompanha essas populações isoladas. Se a gente vê que está havendo naquela região um evento trágico que pode disseminar a morte, a vida, colocar em risco a vida daquelas populações, aí existe uma justificativa para fazer o contato. Fora disso, não há. Não há justificativa. Só se eles quiserem.

A partir do momento que eles quiserem, aí cabe o Estado brasileiro e está pronto para poder recebê-los. Recebê-los de que forma? Esse que é o maior desafio. A gente está falando, Mariana e Sofia, em populações que não têm imunidades a diversas doenças. São populações que vivem na floresta, que não têm a capacidade imunológica de saúde como a gente tem, como as crianças têm desde os dias, desde as nossas idades. Quando você nasce, tem uma série de exames, uma série de vacinas, que vai, digamos, tendo uma capacidade imunológica, de vacina, de vários

insumos farmacêuticos, para a gente poder suportar diversas enfermidades. O povo isolado não tem isso. Não tem esse histórico de vacinas, de remédios. Então, o que eu quero dizer com isso? Que um contato, uma simples gripe, pode disseminar uma população como essa. Então, cabe o Estado estar pronto para isso.

Quando houver a necessidade de um contato, a gente ter as condições para poder receber essas populações como intérprete, como no momento do contato, que é muito difícil. Eu nunca participei e espero nunca participar, mas, se acontecer, eu tenho que estar preparado por isso, porque é dois mundos. É a quebra de visão de dois mundos.

É muito diferente você conhecer um povo que tem uma forma, uma organização social muito completamente da nossa. Isso é um desafio, isso é um medo. Qualquer tipo de, digamos assim, de tomada de decisão pode gerar conflito, pode haver doenças e as pessoas morrerem mais frágeis, e isso causar uma situação gravíssima.

Então, o que é o ideal? É o não contato. É, digamos, garantir os territórios, impedir a entrada desses estranhos, mas é isso, a gente é vulnerável porque a gente não consegue cobrir toda a área. É uma área gigantesca e é muito difícil controlar isso. Mas é isso, a gente preza pelo não contato, pela autodeterminação, porque eles sabem que existem outras sociedades, mas eles têm essa opção de viverem da forma que eles vivem, no caso.

Sofia: Entendi. E aí, eu acho que quando você fala dessa questão dos povos isolados, a gente fala muito da localização em que eles estão, porque eles devem estudar bastante onde eles vão ficar justamente para não ter esse contato. E o que você compreende como mais importante de se dar atenção quando a gente fala do direito à terra dos povos indígenas?

Entrevistado: Sim, então, de modo geral, porque a base de tudo é a terra. Os indígenas têm a terra. É você, digamos assim, você ficar vulnerável a, digamos, a reprodução social, espacial, do seu povo, da sua cultura.

Não quero dizer que, tipo assim, quem não tem terra, quem não tem suas terras demarcadas, não possa desenvolver e interagir com esse mundo. Mas o que eu vejo,

de modo geral, é isso. O povo, populações indígenas, é sinônimo de terra indígena demarcada, com proteção territorial e posse plena.

Sem essas junções, sem essas interseções, fica muito difícil você entender todo o contexto histórico dessas populações. São populações que sofreram e sofrem vários tipos de discriminações, vários tipos de assassinato, enfim, várias disputas que existem, mas com esse objetivo, o objetivo de luta pela terra. Eu não falei isso, mas no Brasil, hoje, você tem 305 povos indígenas que falam 274 línguas e era a população, predominantemente, quando os portugueses chegaram no Brasil. Então, eram populações tradicionais, populações indígenas, que, digamos, tinham suas terras livres para essa finalidade. O território foi reorganizado e você sofreu uma mudança muito contundente, muito drástica, sobretudo nas regiões litorâneas brasileiras, onde houve uma, digamos assim, diversas apropriações, daí ficaram pontos em vários lugares, sobretudo na costa brasileira, de terras indígenas, por conta dessa ocupação, enfim, e acabou que esses lugares ficaram lugares, hoje a maioria urbanizada, e os espaços para a terra indígena cada vez mais difíceis. Aqueles que foram demarcados foram pontos, mas existia uma grande lacuna a ser demarcada. Existiam vários povos, muitos povos, que continuam nessa luta em pró-terra.

Então, eu vejo, na minha opinião, que é isso, né? Povos indígenas, é sinônimo de terras indígenas, com segurança jurídica, posse plena das populações indígenas. No caso dos povos isolados, de recente contato no Brasil, a gente utiliza como forma de contabilização referências. No Brasil, são 116 referências de povos isolados. É tipo assim, é ter 116 informações que existem em algum lugar, populações isoladas. Dessas 116, a gente tem 28 lugares que são confirmados. São 28 informações nessa mancha de território brasileiro, onde já é confirmada a presença dessas populações. E 22 povos de recente contato. Mais do que isso, essas populações estão muito mais vulneráveis à necessidade de você ter um território protegido, com a posse plena para essas populações.

Sofia: Obrigada por topar conversar com a gente, viu?

Entrevistado: Tranquilo, Sofia.

Sofia: Obrigada.

Entrevistado: O que a gente pode contribuir?

Sofia: Então, primeiro a gente queria perguntar se tudo bem a gente gravar a conversa.

Entrevistado: Sim.

Sofia: Para a gente conseguir transcrever depois.

Entrevistado: Tudo bem, de boa, tranquilo.

Sofia: Mari, você consegue gravar? Porque eu estou de fome, não vou conseguir. Obrigada. Aí, assim, a gente tem algumas perguntas organizadas para o que a gente já tinha pensado antes, mas é bem livre, assim, se você sentir necessidade ou vontade de falar de outra coisa ou achar importante que a gente analise outras coisas também. Super tranquilo. Tipo um espaço para você falar mesmo.

Entrevistado: Só para entender, aí seria com qual objetivo, de onde vocês são, qual a finalidade, se puder fazer um relato, um breve histórico, aí seria importante.

Sofia: Então, nós somos alunos de ciências sociais da FESP, aqui em São Paulo. A gente está fazendo um trabalho de extensão para o currículo do semestre, mas a gente também está procurando publicar esse trabalho para fora, que é um trabalho sobre os povos indígenas.

A gente já começou a fazer ele no semestre passado. No semestre passado, a gente trabalhou com a questão das demarcações de terra, e também com a questão da demarcação de terra, mas voltada para uma ótica relacionada à questão das mudanças climáticas e como se os povos indígenas tivessem alguma voz, algum poder político maior, a nossa perspectiva futura seria mais agradável do que ela é agora. E aí, neste semestre, a gente está trabalhando com as questões das políticas públicas.

Então, vai ser uma continuação em que inicialmente, como a gente estava trabalhando com a questão da demarcação de terra, a gente queria continuar falando sobre a terra e a gente pensou em trabalhar a questão da insegurança alimentar dos povos indígenas.

Entrevistado: Certo.

Sofia: E aí, a gente está indo mais ou menos por essa ótica.

Entrevistado: Beleza, tranquilo. Pode mandar a bala. Tem alguma dúvida? Alguma questão? A ideia seria falar com pessoas que atuam nessa área, opiniões de pessoas que estão envolvidos, de certo modo, com... Não é a estrutura da FUNAI, é coisa pessoal, digamos assim. Qual é a ideia?

Sofia: Então, os dois. Na verdade, a gente também quer ver a questão da estrutura da FUNAI porque, querendo ou não, é o órgão governamental que estaria trabalhando diretamente com isso. Então, a gente está fazendo uma análise também da FUNAI.

A ideia principal é conversar com quem está envolvido, de fato. Tanto com pessoas que trabalham, quanto com os próprios povos indígenas. A gente ainda está tentando ter contato com algumas lideranças, mas também com os povos indígenas.

Entrevistado: Beleza, é importante. Show de bola. Vamos lá.

Sofia: Bom, então, primeiramente, a gente gostaria que você contasse um pouco sobre a sua trajetória profissional, como que você chegou na FUNAI, como que você chegou, principalmente, na Frente de Proteção. Como que foi essa sua trajetória?

Entrevistado: Tá. Então, eu sou da Bahia, né? Sou da Bahia, morava no Rio de Janeiro. E aí, em 2010, eu fiz o concurso para cá, para o Acre. E aí, cheguei em 2010, na FUNAI. O meu cargo é um cargo de auxiliar em indigenismo.

Meu nome é Wagner de Jesus Galo. E vim trabalhar na Frente de Proteção Etnoambiental Emvira, onde eu sou lotado. O que significa esse nome bem diferente, digamos assim, né? É uma área da FUNAI, dentro da FUNAI, que atua com povos isolados e de recente contato. São povos, num contexto de vulnerabilidade, que têm um grau mais alto de vulnerabilidade, vários, né? Sociais, política, demográfica, epidemiológica. Então, são populações que possuem esse alto grau de vulnerabilidade. E aí, por isso que dentro da estrutura da FUNAI, tem, digamos, essa área em específico, né? Essa coordenação para poder atuar com esses povos.

E aí, beleza. Cheguei em 2010, vim para essa finalidade. Só que acabei, dadas as condições, as estruturas, acabei tomando outra direção, que foi trabalhar com os povos indígenas aqui do Acre, do Sudeste do Amazonas e Noroeste de Rondônia, que são os indígenas contactados, indígenas que já têm algum desenvolvimento com a sociedade, né? Os apurinãs, os cachararis, os funicuins, os mati-raís, são povos contactados.

Quando eu cheguei em 2010, em vez de trabalhar na frente diretamente, fui trabalhar com esses povos, dada a dificuldade que era, né? Estava bem desestruturada a FUNAI, eu acabei ficando em Rio Branco para poder atuar e trabalhar com esses povos. 2018, acaba esse ciclo, eu volto para a Bahia, vou trabalhar com as populações indígenas do sul da Bahia, né? Na região de Porto Seguro, Ilhéus, que é minha cidade natal, e outras regiões, Santa Cruz Cabralha, Belmonte, então, no sul extremo do sul da Bahia. Fico lá até 2018, 2018 chega, fico até 2021, quando eu recebo o convite para voltar para o Acre, para poder, aí, já conduzir a coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental, que fica localizada aqui no Acre, e que a gente trabalha com povos isolados e de recente contato.

Aí, de fato, eu entro na esfera da qual eu fui, digamos, inserido dentro da FUNAI para trabalhar. Então, aí, até os dias de hoje, a gente está na coordenação da Frente de Proteção em Vira, no Acre. Sofia: Perdão. Você falou um pouco do concurso. Você chegou no concurso por meio de faculdade, de curso? Como que você se interessou por essa ideia?

Entrevistado: Então, eu não tinha nenhum envolvimento, né? Na minha vida toda. Mas eu sabia que tinha populações indígenas lá e nunca, assim, despertou nenhum tipo de interesse.

Eu atuava em outra área, né? Trabalhava com uma rede de hotéis e pousadas na região. Nunca me envolvi, né? Quando eu fiz o concurso, é tipo isso, né? Era uma pressão que vivia, que existia, né? De tentar fazer algo, de buscar uma estabilidade. Enfim, aí, fiz alguns, né? Fiz alguns concursos e na FUNAI eu tive sorte.

Assim, de modo bem, digamos assim, sincero, né? Eu fiz com o objetivo de, como qualquer outro concurso. Só que aí, qual é o diferente? Que quando eu fiz, eu acho que aí cabe, digamos assim, a cada um, né? Perfil, algum profissional. Eu, por

exemplo, eu me dedico muito em tudo que eu faço, né? Se eu for trabalhar como qualquer outra profissão, eu vou me dedicar. É porque eu acho que é o perfil de cada um, né? Eu vou me envolver. E você acaba se envolvendo e vai gostando do que faz, né? E hoje é isso. Hoje a gente não tinha histórico, não tinha histórico de trabalhar com populações indígenas, que aí você chega na estrutura, você se depara, você se envolve e você começa a ser um grande defensor do público que você atua, né? E basicamente foi isso.

Mas eu sou formado em geografia, né? Pela universidade. Comecei na Bahia, na época, mas por conta de vários fatores, né? Econômico, financeiro, né? A gente não concluiu. Aí eu consegui fazer uma outra aqui no Acre, quando eu estava aqui, e aí terminei. Terminei a graduação em geografia. É uma área afim. Tem muita coisa próxima, a leitura de mundo, de espaço, território.

Tem muita coisa próxima, né? Mas, assim, não existe... Hoje, na FUNAI, existe... Você pode fazer uma seleção específica, existe cargo específico, mas, a grosso modo, tem pessoas com várias graduações, de várias áreas. Tem matemáticos, tem físico, tem antropólogos, tem pessoas das ciências sociais, cientista político, enfim. Tem várias áreas. É multifacetária, no caso.

Sofia: Legal. Aí, você trabalha na Frente de Proteção, né? Como que acontece o trabalho com os povos isolados e com o contato recente?

Entrevistado: Então, trabalho com populações isoladas, né? Inclusive, agora há pouco, a gente estava num grupo de trabalho para pensar a FUNAI nos próximos anos, né? E hoje foi a apresentação das Frentes de Proteção, né? O trabalho que envolve povos isolados e de recente contato.

Quando a gente ouve essa palavra em qualquer... em algum lugar, né? Frente de Proteção etnoambiental é voltada para povos isolados e de recente contato dentro da estrutura da FUNAI. E o trabalho consiste em dois aspectos. São dois tipos de povos, né? São categorias administrativas que a FUNAI, que o Estado brasileiro reconhece, né? Classifica como povos isolados: são aquelas populações que não têm ou já tiveram algum contato com a sociedade. Por conta de algumas situações, eles se embrenharam, se distanciaram da nossa sociedade, né? Isso inclui os indígenas também contactados. Eles se isolaram, né? Se embrenharam para não haver,

digamos assim, esse contato contínuo, continuado, né? E para essas populações, o trabalho se resume basicamente, Mariana e Sofia, na proteção territorial. São o quê? O que é que envolve isso? O que é que diz isso, né? O que é que significa isso? Vários estudos anteriores comprovam a existência de determinados povos isolados em alguma parte do território brasileiro, sobretudo na região Amazônia. E aí, sabendo desses estudos, que várias pessoas, vários colegas, o Estado brasileiro já fez anteriormente, você faz a proteção dos locais que, digamos assim, sejam vulneráveis à entrada de estranhos para poder chegar até essas populações. Por incrível que pareça, é estranho dizer, mas existe um bando de pessoas ainda que querem, porque querem, fazer o contato com essas populações.

E aí existe um princípio básico que é o respeito à autodeterminação. Ou seja, se essas populações indígenas elas sabem que existe uma outra sociedade e se eles estão localizados em lugares estratégicos para a sobrevivência deles e eles não querem vir até a gente, aí cabe o Estado brasileiro, cabe a FUNAI, a Frente de Proteção, fazer a proteção desses territórios, dessas populações. Eu chego me arrepio em falar isso, porque é uma coisa tão nobre, sabe? Porque eu não quero, eu sei que existem populações e eu não quero me relacionar com você, porque isso parte, Mariana e Sofia, de uma situação, de um contexto político e, digamos, de ocupação territorial que aconteceu aqui no Acre, que aconteceu em alguns lugares da Amazônia. No caso específico do Acre, foi o quê? Existia um território, que era território para as populações tradicionais, que aí chega às frentes de expansão brasileiras, pessoas vindas de vários lugares. E aí alguns indígenas, eles são contactados, existe hoje, você tem 16 povos indígenas no Acre, eles são contactados, esses nomes que a gente vê, Uenawá, Jaminawá, Caxinawá, Caxinawá, Huni Kuin, Cunhanawá, a gente vê esses nomes, são esses indígenas.

Mas teve alguns que não se acostumaram a esse novo modelo de expansão que chega nessas regiões. E aí o que eu faço? Eu me recuso a, digamos, a viver dessa forma. Então eu vou para os lugares mais remotos, mais distantes, para eu não poder participar dessa forma, dessa organização que está chegando aqui. E aí eles se isolam, eles se afastam dessa nova realidade de ocupação territorial. E aí são chamados os indígenas isolados. Que aí cabe a gente fazer a proteção dos territórios onde possivelmente pode ser uma estrada que possa caminhar até eles.

Então a gente protege esses territórios para não chegar pessoas estranhas até eles. Isso é o povo de isolados, tranquilo? Aí tem o povo de recente contato, que aí é outro tipo de política. São indígenas que são contactados, que sabem e reconhecem que existem outros grupos de pessoas, de população, mas eles não compreendem muito a nossa organização. Eles estão em fase de entendimento, que aí essa fase de entendimento vai depender muito de vários fatores. Com quem eles se envolvem, o tempo que eles se envolvem, a própria, digamos, engajamento dessa sociedade de recente contato. Tem alguns que vão se apropriar mais rápido, outros não.

Então são uma série de fatores. Esses são povos de recente contato. Vou dar um exemplo: um povo de recente contato, como ele viveu muito tempo na floresta, se a gente pegar e trazer eles aqui para a cidade, é um exemplo, colocar eles em um hospital. Vários momentos tem situações como essa, que a gente acompanha esse povo de recente contato nos hospitais para atendimento de saúde. Como eles já têm essa relação, só que eles não conhecem muito o funcionamento da nossa realidade, dos nossos costumes. Então, aí a Frente de Proteção trabalha com o objetivo de poder ser o quê? Esse intermediador. Nessa transição de mundo, a gente faz o básico, digamos, explicar para eles como funciona, porque, por exemplo, para eles é muito imediatismo. Um exemplo, outro exemplo. Vou dar outro exemplo. Eu quero um exemplo, um facão. Aí a FUNAI precisa comprar um facão. Os servidores não vão tirar o recurso deles para comprar um facão para poder fazer uma política para povo de recente contato, porque eles não têm acesso, eles não têm documentos. Alguns não têm documentos. Eles não têm documentos porque eles vivem em um ambiente que não necessita tanto de documento, mas são cidadãos. E aí eles querem um facão. É muito difícil explicar para ele para poder comprar um facão, eu preciso ter dinheiro, eu preciso fazer uma licitação pública, a FUNAI em Brasília precisa mandar dinheiro. Então, são essas coisas mesmo que é muito difícil, é muito complicado eles saberem.

Por isso que eles são considerados povo de recente contato. De modo geral, só pegando uma parada, é isso. Mas aí como é o trabalho com população de recente contato, eu vejo que é o maior desafio, porque eles estão em contato conosco e demandam, nós somos os exemplos para eles. Eles querem uma camisa azul, eles querem óculos. E aí a gente precisa explicar para eles que, por exemplo, para eu

comprar essa camisa, eu tenho que trabalhar muito tempo para poder comprar. Só que para eles não funciona isso no mundo deles, está entendendo? Eles viviam num território, num lugar onde essas práticas que a gente conhece hoje, a gente é criado e vai entendendo desde pequeno, desde criança, não era um mundo que eles frequentavam anteriormente. E esse é o maior desafio. Esse é o maior desafio, que é o trabalho com os povos de recente contato, para poderem não negar os direitos que eles têm, mas ao mesmo tempo não gerar conflito, porque isso tudo, se você negar, você pode ser morto, porque eles não compreendem muito, eles resolvem muito a base da grosseria, do acirramento. Então tudo isso requer muito cuidado e é o desafio que eu vejo. É o povo de recente contato. Não sei se é difícil para vocês, mas de uma forma bem objetiva, é porque envolve muita coisa, sabe? Não sei se vocês conseguiram entender um pouquinho.

Sofia: Não, eu pude entender sim. E o contato desses povos acaba acontecendo por vontade deles ou como você disse para essas pessoas que ainda tentam entrar em contato com eles e acaba meio que obrigando essas populações a terem contato? Então, o que acontece? Qual é a política que o Estado brasileiro defende?

Entrevistado: O não contato. Por conta de quê? De convenções internacionais, próprias normativas da FUNAI, que o contato só deve existir numa condição que a gente, por exemplo, acompanha essas populações isoladas. Se a gente vê que está havendo naquela região um evento trágico que pode disseminar a morte, a vida, colocar em risco a vida daquelas populações, aí existe uma justificativa para fazer o contato. Fora disso, não há. Não há justificativa. Só se eles quiserem.

A partir do momento que eles quiserem, aí cabe o Estado brasileiro e está pronto para poder recebê-los. Recebê-los de que forma? Esse que é o maior desafio. A gente está falando, Mariana e Sofia, em populações que não têm imunidades a diversas doenças. São populações que vivem na floresta, que não têm a capacidade imunológica de saúde como a gente tem, como as crianças têm desde os dias, desde as nossas idades. Quando você nasce, tem uma série de exames, uma série de vacinas, que vai, digamos, tendo uma capacidade imunológica, de vacina, de vários insumos farmacêuticos, para a gente poder suportar diversas enfermidades. O povo isolado não tem isso. Não tem esse histórico de vacinas, de remédios. Então, o que

eu quero dizer com isso? Que um contato, uma simples gripe, pode disseminar uma população como essa. Então, cabe o Estado estar pronto para isso.

Quando houver a necessidade de um contato, a gente ter as condições para poder receber essas populações como intérprete, como no momento do contato, que é muito difícil. Eu nunca participei e espero nunca participar, mas, se acontecer, eu tenho que estar preparado por isso, porque é dois mundos. É a quebra de visão de dois mundos.

É muito diferente você conhecer um povo que tem uma forma, uma organização social muito completamente da nossa. Isso é um desafio, isso é um medo. Qualquer tipo de, digamos assim, de tomada de decisão pode gerar conflito, pode haver doenças e as pessoas morrerem mais frágeis, e isso causar uma situação gravíssima.

Então, o que é o ideal? É o não contato. É, digamos, garantir os territórios, impedir a entrada desses estranhos, mas é isso, a gente é vulnerável porque a gente não consegue cobrir toda a área. É uma área gigantesca e é muito difícil controlar isso. Mas é isso, a gente preza pelo não contato, pela autodeterminação, porque eles sabem que existem outras sociedades, mas eles têm essa opção de viverem da forma que eles vivem, no caso.

Sofia: Entendi. E aí, eu acho que quando você fala dessa questão dos povos isolados, a gente fala muito da localização em que eles estão, porque eles devem estudar bastante onde eles vão ficar justamente para não ter esse contato. E o que você compreende como mais importante de se dar atenção quando a gente fala do direito à terra dos povos indígenas?

Entrevistado: Sim, então, de modo geral, porque a base de tudo é a terra. Os indígenas têm a terra. É você, digamos assim, você ficar vulnerável a, digamos, a reprodução social, espacial, do seu povo, da sua cultura.

Não quero dizer que, tipo assim, quem não tem terra, quem não tem suas terras demarcadas, não possa desenvolver e interagir com esse mundo. Mas o que eu vejo, de modo geral, é isso. O povo, populações indígenas, é sinônimo de terra indígena demarcada, com proteção territorial e posse plena.

Sem essas junções, sem essas interseções, fica muito difícil você entender todo o contexto histórico dessas populações. São populações que sofreram e sofrem vários tipos de discriminações, vários tipos de assassinato, enfim, várias disputas que existem, mas com esse objetivo, o objetivo de luta pela terra. Eu não falei isso, mas no Brasil, hoje, você tem 305 povos indígenas que falam 274 línguas e era a população, predominantemente, quando os portugueses chegaram no Brasil. Então, eram populações tradicionais, populações indígenas, que, digamos, tinham suas terras livres para essa finalidade. O território foi reorganizado e você sofreu uma mudança muito contundente, muito drástica, sobretudo nas regiões litorâneas brasileiras, onde houve uma, digamos assim, diversas apropriações, daí ficaram pontos em vários lugares, sobretudo na costa brasileira, de terras indígenas, por conta dessa ocupação, enfim, e acabou que esses lugares ficaram lugares, hoje a maioria urbanizada, e os espaços para a terra indígena cada vez mais difíceis. Aqueles que foram demarcados foram pontos, mas existia uma grande lacuna a ser demarcada. Existiam vários povos, muitos povos, que continuam nessa luta em pró-terra.

Então, eu vejo, na minha opinião, que é isso, né? Povos indígenas, é sinônimo de terras indígenas, com segurança jurídica, posse plena das populações indígenas. No caso dos povos isolados, de recente contato no Brasil, a gente utiliza como forma de contabilização referências. No Brasil, são 116 referências de povos isolados. É tipo assim, é ter 116 informações que existem em algum lugar, populações isoladas. Dessas 116, a gente tem 28 lugares que são confirmados. São 28 informações nessa mancha de território brasileiro, onde já é confirmada a presença dessas populações. E 22 povos de recente contato. Mais do que isso, essas populações estão muito mais vulneráveis à necessidade de você ter um território protegido, com a posse plena para essas populações que tem seus hábitos de culturas, de plantios, de colheita tradicionais, de um modo peculiar, específico deles. E aí é onde recai naquela necessidade de fortalecimento dessa rede de parceiros, de mentores da política pública para poder avançar nesse aspecto. Eles hoje fazem uso de ferramentas que eles precisam, eles demandam. E hoje acaba isso tudo vindo para a FUNAI, porque a FUNAI está 24 horas ali, todos os dias do ano. Então, aí é onde vem a questão da extensão rural. Mas, sobretudo, a segurança alimentar deles, não há, digamos, uma carência, uma insuficiência nessa pegada de alimentação e nutricional, até porque existe a equipe da saúde que estão lá, e as equipes de saúde têm equipes também

multidisciplinares, com médicos, nutricionistas, que em alguns momentos eles visitam e fazem exame, e estão bem eles. E os isolados é uma coisa a par. Nessa época agora, o Acre vive extremos.

O Acre, quando não é inundação, é o calor, a seca. A gente está numa região onde os rios praticamente nascem, que vão para o Amazonas, vão para outros lugares. E aí seca muito e enche muito rápido.

São esses extremos. E populações isoladas, eles são, os caras são feras. Eles utilizam o território, porque eles sabem, porque eles não contam como a gente, se o atacadão não tem o arroz, a gente vai lá num açai e compra o arroz. O povo isolado, eles têm estratégias de alimentação extremamente sensacional. Recentemente, agora, a gente sobrevoou as áreas deles, e você tem várias áreas onde eles utilizam esses plantios. Sobretudo, os isolados são os milhos, mamão, amendoim, são macaxeira, o aipim, que se chama aipim. Então, a cana de açúcar. Então, eles são... E aí ele tem em várias partes do território onde eles utilizam.

Então, são povos que dependem dessa alimentação básica para eles poderem fazer suas práticas territoriais, essas dinâmicas territoriais. E aí eles não vão fazer em determinados lugares. Como conhecedores do ambiente, na época do rio, eles não fazem, eles fazem em cima da terra, essas plantações. A gente sobrevoa, são lugares altos, eles moram em lugares altos, e as plantações deles são feitas nesses lugares. Porque eles sabem, porque numa época de cheia, o rio vai encher muito, e já deve ter experiência, e perder tudo e ficar. Não vão fazer nos lugares mais altos.

Então, assim, as estratégias dessas populações são estratégias interessantíssimas para a gente. A gente que, às vezes, coloca o roçado, a agricultura, próxima às estradas, próximo aos lugares mais fáceis de escoamento. Os povos indígenas isolados, eles têm as estratégias deles de sobrevivência.

E em relação à segurança nutricional, é tranquilo também. Porque é isso, você sobrevoa as áreas. Tem alimento, tem roça, é sinal que tem vida. É uma variável para você poder... Ninguém vai fazer roça, ninguém vai fazer a existência de alimentação sem não ter vida. E eles estão vivendo bem, porque tem muita roça. Bora ser isolado também?

Sofia: Estou pensando nisso, na verdade. Eles estão melhor que a gente, na real. Eu acho que... A gente fala tanto de civilização, civilização, problema. É como a gente está vivendo, o Ocidente está ruim.

Entrevistado: Exatamente. Em vários momentos, a gente fica assim, rapaz, será que se a gente se isolar em algum lugar desses, será que a vida vai ficar mais bonita?

Sofia: Nossa, eu acho que a gente estava melhor. Eu acho que você está, na real, eu acho que você está confirmando a nossa teoria de que se a gente tivesse essa galera, a gente estava muito melhor do que a gente está hoje.

Entrevistado: Exatamente. E a situação deles é muito diferente dos povos indígenas que não são isolados, que eles estão completamente dependentes com relação à alimentação, sofrendo muito com relação a isso. Isso. Exatamente. Essa é a diferença, porque quando tem um contato, o problema está aí. Quando tem um contato, existe uma... Começa a ter uma dependência gigante. Gigante. Porque eles enxergam que nós somos os salvadores da pátria. E a gente tem limitação.

Imagine, por exemplo, são 35 indígenas. É tranquilo, mas tem sociedades, tem populações indígenas isoladas que tem 400 pessoas, 500 pessoas, são grupos grandes. E aí imagine você adentrar numa condição onde eles acham que somos salvadores da pátria, para poder dar as condições e os almejos que as sociedades querem. É muito complicado, é muito difícil.

Sofia: Sim. E aí, com relação à atuação vigente da FUNAI, se você pudesse, se você tivesse esse poder, você mudaria ou acrescentaria algo ou, enfim, reformularia tudo, destruiria e começaria do zero?

Entrevistado: Enfim, é assim, é difícil falar isso, mas assim, a FUNAI é um ambiente que é muito específico de se trabalhar. É uma característica bem peculiar. E aí, o que acontece? É um lugar bom, um lugar bom e diverso de atuar, mas tem uma fragilidade de cunho social. As pessoas que enxergam a FUNAI, a gente não tem, tipo assim, a sociedade, de maneira geral, a grosso modo, não está ligada nessa pauta, não pactua esse tipo de trabalho. E quando iniciou o governo atual, a gente teve uma criação no Ministério do MPI. E aí, esse Ministério, ele veio com o intuito, com o desejo e com a

vontade de poder avançar nessa pauta. Mas hoje, a gente, fazendo avaliação, eu acho que não foi muito positivo essa criação.

Por que isso, Mariana e Sofia? Porque, assim, você criar uma estrutura de ministério, de um histórico que não existe, nunca existiu, e os possíveis sucessores do governo podem deixar de existir, é muito frágil, sabe? E você tem uma política pública com prazo de validade. E esse que é o grande problema que a gente enxerga. É uma crítica bem pé no chão, no sentido não é de... A gente tem o ministério, a gente trabalha junto, a gente honra a camisa, mas, fazendo uma avaliação mais minuciosa, a gente vê que foi um tiro no pé.

Por quê? Porque poderia, nesse momento, você fortalecer a FUNAI. Se você fortalece a FUNAI, se você, digamos, busca uma atenção a um órgão que tem mais de 50 anos de história, que tem uma memória institucional magnífica, você, digamos, nos finais do governo, você poderia ter um melhor aproveitamento. Porque, agora, o ministério está pensando, inclusive, no que faz, qual o meu papel perante as populações, perante o trabalho, dada a existência de um órgão que já existe há 50 anos, mais de 50 anos. E isso cria uma situação ambígua, sabe? Em vários casos, em várias situações. Em vez de a gente estar tentando resolver problema, a gente tentando agregar esforço a um bem comum, às vezes, a gente pode estar confrontando... Por exemplo, o papel do ministério é articular. Foi criado com esse objetivo. Vamos articular. Mas essa articulação era feita pela FUNAI antes. Até ter tempo, digamos, de definir esses papéis, pera aí, pessoal, a partir de agora, vocês não articulam não, que articulam somos nós.

Isso leva muito tempo. E aí tem várias questões de vaidade, de ego, que muitas das vezes as pessoas expõem. E isso é prejudicial ao trabalho, porque o objetivo comum é a proteção e a promoção dos povos indígenas no Brasil. Esse é o objetivo comum. E aí a gente, às vezes, acaba por questões de cunho pessoal, de vaidade.

A gente acaba, digamos, perdendo muito tempo nesse aspecto. Mas eu acho que a FUNAI tem uma memória institucional riquíssima. Ela tem uma expertise no trabalho como nenhum outro órgão tem, com populações isoladas, que deve ser fortalecida.

Hoje pela manhã, a gente estava na reunião, que era isso, pensar a FUNAI nos próximos anos, onde hoje foi a apresentação das frentes de proteção da FUNAI, da

área da FUNAI de frente. E a gente é isso, desmistificando várias situações. Porque tem pessoas dentro do próprio órgão que não sabem o que a gente faz. Qual o nosso papel enquanto política pública, enquanto política macro. Então, é um desafio muito constante e a gente tem que discutir e, digamos, convencer próprios colegas sobre os nossos trabalhos. Como eu atuei fora da área de povos isolados, eu trabalhei com povos contactados, e eu sentia isso, que a área de povos isolados em sítio contato é um cantinho. Deixa esse povo doido. São um povo maluco que fica 50 dias, 60 dias na floresta, em lugares insalubres, lugares penosos. Então, é um bando de maluco, de gente doida.

Não é, somos profissionais, somos pessoas que defendem uma pauta e acreditam em uma pauta, que é uma pauta nobre. Você garantir esses direitos de populações que não tem ninguém para poder falar por eles. Não tem nenhum outro órgão que fale sobre povos isolados de recente contato no Brasil.

Nenhum órgão de Estado, nenhuma outra representação da sociedade civil. Então, é isso. Eu acho que a gente precisa fortalecer, a gente está discutindo isso, de poder fortalecer as pontas, que a gente chama, os lugares onde, de fato, tem o trabalho.

A gente deixar o básico nas sedes, nas sedes em Brasília, aquilo que não dá para parar, mas a gente tem que fortalecer as pontas. Fortalecer as pontas para a gente poder avançar nesse trabalho de política voltada para povos isolados de recente contato. Esse é o desafio.

Sofia: As questões que a gente tinha preparado eram isso. Não sei se você quer adicionar alguma coisa. Você quer falar? Algo que você ache necessário a gente analisar? Algo que você ache importante falar? Não sei.

Entrevistado: Eu tinha outro detalhe também. Por exemplo, para a gente poder... Vou dar um exemplo para vocês. Aqui no Acre, vou falar um pouco mais do Acre, porque a gente é onde tem conhecimento de causa.

No Brasil, tem 11 organizações como essa, Frente de Proteção, que atuam com povos isolados e de recente contato. No Brasil, são 11. Acre, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Roraima, Amapá, e tem uma na região de Goiás.

Então, são 11 frentes de proteção espalhadas em nove estados brasileiros. E daí, o que acontece? Essas populações, essas frentes, são instâncias da FUNAI, que é tipo um orçamento em relação ao orçamento. Hoje, a gente depende de várias unidades da FUNAI para poder chegar em campo. A gente precisa comprar gasolina, a gente precisa ter barco, a gente precisa ter motor, a gente precisa ter carro.

Nas unidades que são as bases, que ficam no interior da terra indígena, a gente precisa ter alimentação para a equipe ficar em campo, precisa ter lugares onde dormir, material de limpeza. Isso tudo requer uma estrutura, uma logística muito grande. Precisa ter barco para deslocar equipe, entrar equipe, sair equipe. Precisa ter recurso financeiro. E aí, no caso do Acre, por exemplo, a gente tem uma base, tem duas bases aqui, que é a base chinênea, onde tem o povo de recente contato, e tem indígenas isolados também, que esse povo isolado são inimigos dos povos de recente contato.

Olha a complexidade da coisa. Você tem uma base, que essa base, para chegar, é sete dias subir no rio, no barco, onde as pessoas que fazem esse trabalho são das cidades, a maioria. E aí, essa base, para chegar, é sete dias. Aí você dorme aonde? Onde você dorme? Leva barraca, dorme nos rios. Aqui é interessante, na Amazônia, que a gente chama a praia também. Quando eu morava na Bahia, em Ilhéus, eu falava praia. Para mim, era a praia só do mar. É a praia do mar. Mas aqui também chama praia.

A gente dorme nas praias dos rios, nessa areia e tal, e aí passa o dia todo viajando. Sete dias. Isso é a base mais difícil.

E aí, você chega próximo já ao Peru, da fronteira com o Peru, aí tem uma base lá. Lá você tem uma cozinha, você tem um alojamento, mas bem rústico, uma coisa bem feita com as madeiras da região mesmo, com as pessoas ali que fazem. Nada é moldado. Vamos contratar uma empresa para poder fazer a base. Não é isso. Mas tem internet, tem rádio, e aí você precisa levar alimentação também para você ficar, levar o combustível para você deslocar.

Então, é um trabalho muito difícil, que às vezes as pessoas vão e atrapalham. E aí você lida com o povo de recente contato. Que, digamos assim, o povo de recente contato, quando você chega, é novidade. As pessoas são a referência para eles. É o mundo deles de interação. Que aí requer postura, requer uma boa conversa. Você

está formando pessoas, você está compartilhando experiência para um povo que não conhece muito o modo de vida da gente. Então, são diversas situações que é importante frisar para o trabalho, que aí é muito difícil de poder fixar pessoas. Voltada a isso, condicionada a uma desvalorização salarial, estrutura das pessoas.

Você, por exemplo, hoje a gente estava conversando sobre isso, porque querem, hoje a gente tem os valores que são pagos, que são as diárias, são pagos por esses deslocamentos. Você fica 45 dias, então você recebe diárias para poder ficar esse período. E aí é o que, digamos, é uma ajuda de custo, digamos assim, contrabalanceada a todo esse desafio. Que as diárias servem para você se alimentar, você pagar um hotel, mas não tem hotel, enfim. Mas você acaba comprando muita coisa que você vai ficar 45 dias, 60 dias, e você não tem onde comprar. Então você compra um monte de coisa e leva para você permanecer nesse período minimamente confortável.

Então você compra barraca, você compra cadeira para ir sentando, quando para o rio, porque você cansa de ficar em uma forma, são barcos pequenos, sentados, o dia todo ouvindo barulho de motor. Então é muito difícil o trabalho. E aí as pessoas que às vezes não têm um perfil, elas chegam, se deparam com essas situações e não voltam mais. Não voltam mais, não ficam. Dada a falta de valorização. Então assim, a gente está apontando isso nessa necessidade desse melhoramento, dessas condições, para que a gente possa avançar nesse trabalho.

Porque eu entendo, sabe Mariana e Sofia, não vou prolongar mais não, mas assim, é um grupo da FUNAI que historicamente, a gente ouve muito isso, que foram feitos por pessoas, foram constituídos de pessoas, que às vezes eram de grandes centros urbanos, moravam, estavam de saco cheio, e falaram assim, vamos se embrenhar, se enveredar nessa vida. Beleza, bacana, mas agora é uma outra realidade. E isso a gente tem que superar, esse histórico dessas pessoas, que contribuíram bastante, mas a gente está lidando hoje com outro momento, com outras pessoas, com outro pensamento, que a gente precisa institucionalizar isso, a gente precisa, de uma forma, criar mecanismo que a instituição, o Estado brasileiro, possa dar condições para a gente desempenhar isso.

Não dessa forma heroica que existiu há muito tempo, que existe ainda, que a gente precisa manter. Eu faço muita questão de passar por isso tudo, porque os isolados não vão estar nos centros urbanos, não vão estar em áreas fáceis, vão ter áreas difíceis mesmo, acesso. Essa é a nossa realidade de trabalho, mas a gente precisa ter condições mínimas para poder, básicas, para a gente poder fazer esse trabalho. Que isso às vezes é descartado pelo Estado brasileiro. E a gente precisa modificar, é isso que acho que eu deixo nessa mensagem, que a gente precisa modificar essa forma de atuação nossa. Acabou esse heroísmo onde as pessoas dão a vida.

Não é isso. Eu quero fazer o trabalho de forma profissional para que a gente possa garantir essa segurança, fazer essa proteção para esses povos, ao mesmo tempo, ter um mínimo de dignidade enquanto pessoa, enquanto ser humano, que é acostumado com uma vida que é uma vida diferente do que a gente enfrenta quando a gente está atuando. E fora o risco, para terminar, eu juro, é a questão da segurança hoje.

A gente hoje vive uma série de insegurança profissional por conta de tudo o que nos últimos anos aconteceu. A gente estava à frente de situações perigosíssimas. O Acre hoje é uma rota de facção, PCC, Comando Vermelho, que enxergaram esses lugares de trabalho que a gente atua como rotas valiosíssimas dos objetivos que eles têm em relação aos interesses das organizações. E, justamente, às vezes, casam com essas rotas onde a gente atua. E aí é onde também tem um perigo gigante nesse trabalho que a gente executa. É isso.

Sofia: Nossa, que pesado! Ok, muita coisa para a gente ver. Obrigada por aceitar falar com a gente, por dar todas essas informações para a gente, que a gente vai fazer o nosso melhor para conseguir fazer um trabalho que dê jus a tudo isso que você contou. E muita admiração pelo seu trabalho, porque, pô, difícil!

Entrevistado: É, não, tranquilo.

E, assim, viu, quando vocês estiverem fazendo aí, se vocês precisarem de alguma informação, alguma coisa, vai, eu mando o áudio. Às vezes eu demoro um pouquinho, mas eu vou responder, tá? Tranquilo. Qualquer coisa, assim, que você tiver dúvida, quiser trocar uma ideia também, em qualquer momento. Estou escrevendo, apareceu, mas não ficou muito claro. Vai, assim, assim, pode ficar à vontade, tá? Que é isso.

Sofia: Obrigada.

Entrevistado: De nada. Acho que é importante o que vocês fazem também é de supervalor. A gente precisa fazer com que o mundo acadêmico, a gente precise incluir essa pauta também, né, de populações indígenas, sobretudo isoladas e de recém-do-contato.

Sofia: É o que a gente vai tentar fazer. A gente vai estar tentando fazer isso, trazer isso para a mesa.

Entrevistado: Maravilha.

Em qualquer oportunidade, a gente está aqui, aberto, viu?

Sofia: Beleza, obrigada.

Entrevistado: Valeu. Bom trabalho.

Sofia: Obrigada.

Entrevistado: Obrigada a vocês também. Tchau.

Sofia: Tchau, tchau.